



20
18

RELATÓRIO E CONTAS

HORÁRIOS DO FUNCHAL TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

2018

RELATÓRIO E CONTAS

Horários do Funchal, Transportes Públicos S.A.

Travessa da Fundoa de Baixo 5 | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 556

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Internet: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: 17.852.360,00 Euros

Capital Próprio 17.486.841,11 Euros

NIPC e Matrícula: 511 026 340

Sociedade Anónima - Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28, agora único 511 026 340





ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO	8
DESTAQUES DO ANO	12
INDICADORES RELEVANTES	15
1. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	18
1.1 EXPLORAÇÃO	19
1.2 OFICINAL	24
1.3 APROVISIONAMENTOS	28
1.4 RECURSOS HUMANOS	31
1.5 AMBIENTE	35
1.6 TECNOLOGIA.....	35
1.7 COMUNICAÇÃO E MARKETING	37
1.8 COMERCIAL.....	37
1.9 ESTUDOS E PROJETOS COMUNITÁRIOS	38
1.10 JURÍDICO	40
1.11 ECONOMIA E FINANÇAS.....	40
2. CONTAS DO EXERCÍCIO	47
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	51
3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	101
4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	102

GLOSSÁRIO

SIGLAS

p.p.: Pontos Percentuais

P.T.: Passageiros transportados

P.K.T.: Passageiro/quilómetro/transportado

L.K.O: Lugares/quilómetro, oferecidos

T.O.: Taxa de ocupação

P.M.: Percurso médio (km)

B. T. M.: Base tarifária média

CAP: Certidão de Aptidão de Motoristas

STRAMM: Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira

SNM: Sindicato Nacional dos Motoristas

RARE: Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

CAM: Certificado de Aptidão de Motorista

SAEIP: Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

EEM: Empresa de Electricidade da Madeira

DEFINIÇÕES

Veículo km: Total de quilómetros percorridos

FÓRMULAS

Passivo Remunerado: Financiamentos Obtidos Correntes + Financiamentos obtidos não correntes

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo Total

Solvabilidade: Capital Próprio/ Passivo Total

Volume de Negócios: Vendas + Serviços Prestados

Rendimentos Operacionais: Vendas e Serviços Prestados + Subsídios à Exploração + Variação Positiva nos Inventários da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Outros Rendimentos e Ganhos

Gastos Operacionais: Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal + Outros Gastos e Perdas.

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais: Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais

Gastos Operacionais por Passageiro Transportado: Gastos Operacionais/P.T

Rendimentos Operacionais por Passageiro Transportado: Rendimentos Operacionais/P.T

Gastos Operacionais por km percorrido: Gastos Operacionais/Km percorrido

Rendimentos Operacionais por km percorrido: Rendimentos Operacionais/Km percorrido

Resultado líquido por Passageiro Transportado: Resultado líquido/P.T

Resultado líquido por Km Percorrido: Resultado líquido/Km percorridos

Rec/VKm: Receita/veiculo. Km



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ALEJANDRO GONÇALVES,
PRESIDENTE DO CA DA
HORÁRIOS DO FUNCHAL**

“Queremos ser a melhor empresa de transportes públicos de passageiros do País na Mobilidade Sustentável, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos”.

Os grandes desafios do futuro, alguns dos quais de enorme importância para o grupo HF, serão mais fáceis de alcançar se comunicarmos de forma mais direta, simples e eficiente sobre aquilo que todos nós queremos: construir uma empresa que presta em cada dia que passa, um serviço de excelência. Desta forma, todos os serviços, estão convidados a colaborar com este novo projeto, para que de uma forma simples e objetiva todos saibamos os projetos que este grupo esta a fazer e implementar, dando relevo ao esforço dedicado e continuado, para ir sempre de encontro aos valores e princípios e ao espírito de Missão que caracteriza esta empresa desde a sua fundação.

Este esforço, renovado de Comunicação, de colocar em comum aquilo que por nós é feito, desenvolvendo o orgulho e o prestígio em trabalhar nesta empresa, insere-se em termos mais gerais, no propósito um objetivo comum e estratégico para a HF: QUEREMOS ser a MELHOR

empresa de transportes públicos de passageiros do País, na Mobilidade Sustentável, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos. Este objetivo concretizável, só será possível se todos os colaboradores derem o seu Máximo , como sempre o fizeram, em sintonia com as suas chefias. A empresa mais forte, mais dinâmica, com um serviço mais ajustado aos desejos e necessidades dos nossos utentes.

Queremos, desde o início desta empresa, unidos, com dedicação e esforço, construir um futuro melhor, isto é, que mesmo sendo uma empresa modelar na forma como cresceu e se tornou naquilo que é hoje, e a partir de uma Região insular e ultraperiférica com todas as suas especificidades, é possível que a Horários do Funchal possa constituir um exemplo para o resto do País, tornando-se líder, repito, na Mobilidade Sustentável, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.

**ENG^a. SUSANA CORREIA,
VOGAL DO CA**

“A Horários do Funchal é a empresa que melhor conhece a Região e as suas gentes, queremos inovar, ser melhores, fazemos da mobilidade dos nossos utentes, a nossa paixão de todos os dias”.

Como empresa de transportes, que diariamente faz pela vida da mobilidade de milhares de utentes - transporta anualmente cerca de 17 milhões de passageiros - a Horários do Funchal é hoje uma história de sucesso, na qual uma parte substancial dos madeirenses deposita a sua confiança.

O nosso foco é a melhoria continuada do serviço de qualidade que prestamos e a bordo dos nossos autocarros, seja a caminho do trabalho, da escola ou do lazer, queremos que todos se sintam bem por partilhar uma viagem connosco.

Somos uma empresa que todos os dias está nas ruas do Funchal e em parte da Região, e a qualidade do serviço é o reflexo daquilo que todos nós fazemos e produzimos. Transportamos mulheres e homens, mães e filhos, trabalhadores, idosos e adolescentes, gente anónima que na sua labuta diária precisa do nosso esforço. Gente que precisa do nosso foco em prestar um serviço público ainda que os tempos mais recentes não tenham sido fáceis.

A nossa imagem de marca é transportar com segurança, a “tempo e horas”, ajudando na mobilidade de gente que precisa de nós para se sentir realizada. Gente que ao subir para os nossos autocarros está a dizer que confia e acredita na nossa capacidade. Estamos assim

comprometidos com causas. Do transporte que fazemos com gosto, da mobilidade para à qual somos necessários, do transporte coletivo que ajuda a reduzir a “pegada ecológica”, dos novos comportamentos sustentáveis, parceiros de uma cidade mais amiga das pessoas.

E precisamos de todos os colaboradores, da sua arte e engenho, da capacidade e vontade, e seu empenho para que a história desta história continue a ser um sucesso! As Pessoas são o mais importante para nós!

**ENG.º DUARTE DE FARIA
SOUSA, VOGAL DO CA**

"No próximo quadriénio a Renovação da Frota deixará uma marca indelével na história da Horários do Funchal."

Que a Cidade do Funchal tem características orográficas únicas todos sabemos, mas, poucos se aperceberão do quão difícil se torna realizar o transporte público de passageiros nas condições orográficas existentes.

Noutras cidades, colocar autocarros ao serviço das populações, é relativamente simples bastando que hajam os meios financeiros para os adquirir. Na Horários do Funchal é diferente. É necessário realizar estudos exaustivos de modo a procurar e adaptar os veículos que o mercado oferece às peculiares condições das vias de circulação.

Todavia, como a necessidade aguça o engenho, a Horários do Funchal, ao longo dos seus mais de 30 anos de existência tem sempre vindo a conseguir encontrar as soluções técnicas para servir a População de um modo condigno.

Existirá, porventura, exemplo mais paradigmático que o serviço nas Zonas Altas? A Horários do Funchal tem atingido o objectivo, desde que os estudos se iniciaram em 1990, de mandar construir autocarros com quatro rodas motrizes, sobre chassis de camião, de modo a transportar os passageiros em segurança em troços de via que superam os 25% de declive, em alguns casos.

O próximo quadriénio será marcado pela Renovação da Frota, oportunidade para propiciar à População autocarros mais modernos, mais ecológicos e mais confortáveis, tarefa à qual os nossos engenheiros se têm vindo a dedicar afincadamente.



APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A HORÁRIOS DO FUNCHAL – TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A. é uma sociedade anónima, de natureza privada, detida 95% pelo Governo Regional da Madeira e 5% pela Empresa de Eletricidade da Madeira. A sua sede fica na Travessa da Fundoa de Baixo, 5 – São Roque, 9020 - 242 FUNCHAL, registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28, agora único 511 026 340 e Pessoa Coletiva nº 511 026 340. O seu Capital Social é de 17.852.360,00 euros e o Capital Próprio de 17.486.841,11 euros.

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. (HF), dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte urbano e local, por autocarro.

A 31 de dezembro de 2018, a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. detinha as seguintes participações no capital social das empresas abaixo indicadas:

- 100% na Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.;
- 5% na Optimização e Planeamento de Transporte, S.A..

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

VOGAL Duarte Leovigildo de Faria Sousa

FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

SROC nº.29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº.9

VISÃO, MISSÃO E VALORES

VISÃO

“Ser a melhor empresa de transportes públicos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”

MISSÃO

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, no concelho do Funchal.”

CULTURA

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da HF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade da HF.

INOVAÇÃO

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local e regional afirmando-se como alternativa ao transporte privado individual. Incentivar a procura e partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional. Participação ativa de todos com que trabalhamos, nos projetos de investigação e de desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contam com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

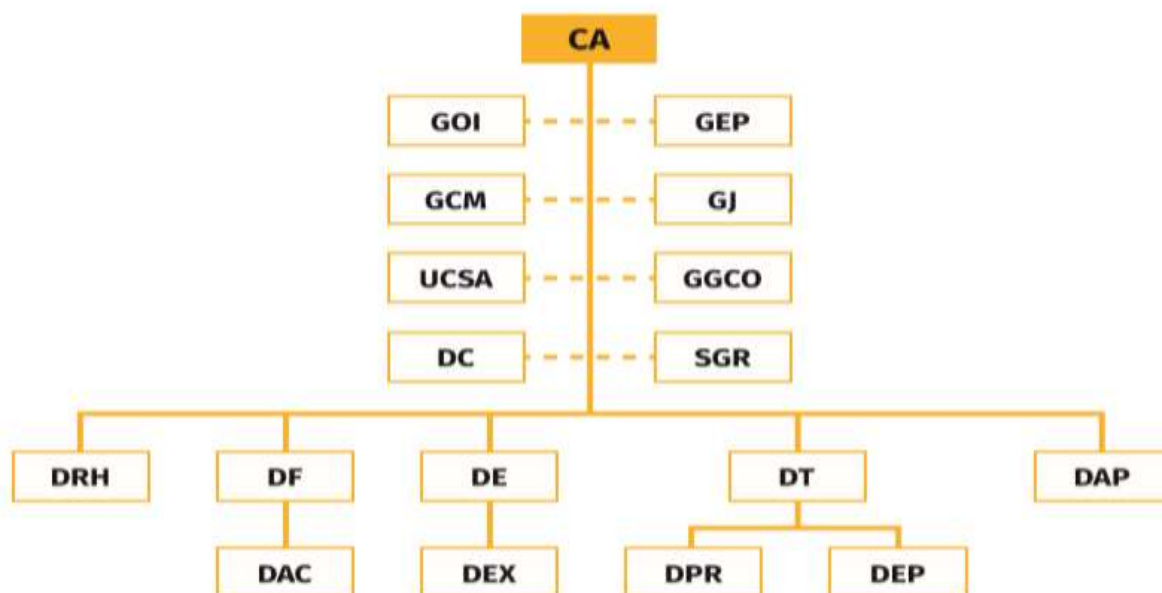
RESPONSABILIDADE SOCIAL

É preocupação da HF incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental. Deste modo, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar, promovendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade e oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde acionistas, fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

MACROESTRUTURA



CA – Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alejandro M. G. Gonçalves

Vogal

Eng.ª Susana Pinto Correia

Vogal

Eng. Duarte Sousa

– Staff do CA

GOI – Gabinete de Organização e Informática

Eng. Marco Louro

GEP – Gabinete Estudos e Planeamento

Dr. Claudio Mantero/ Dr. Pedro Ventura

GCM – Gabinete de Comunicação e Marketing

Dr. Marco Vasconcelos

GJ – Gabinete Jurídico

Dra. Inês Freitas/ Dra. Raquel Henriques

UCSA – Unidade de Controlo Interno – Segurança e Ambiente

Eng. Bruno Sousa

GGCO – Gabinete de Gestão e Controlo Orçamental

Dr.ª Laura Castro/ Dr. Miguel Bettencourt

DC – Departamento Comercial

Por designar – apoio Dr. Pedro Ventura

SGR – Secretaria Geral

Sr.ª Lúdia Fernandes

DRH – Divisão de Recursos Humanos

Dr.ª Ana Cristina Caires

DF – Direção Financeira

DAC – Divisão Administrativa de Contabilidade

Dr. Carlos Camacho – por acumulação de funções

DE – Direção de Serviços de Exploração

DEX – Divisão de Exploração

Sr. Silvino Jesus

DT – Direção dos Serviços Técnicos

DPR – Divisão de Produção

Eng. Alfredo Pereira

DEP – Divisão de Engenharia e Planeamento

Por designar – apoio Eng. Alfredo Pereira

DAP – Divisão de Aprovisionamentos

Dr. Carlos Camacho

DESTAQUES DO ANO

JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO



A Horários do Funchal assinou um protocolo com a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD). Inserido no Plano de Formação da empresa, no módulo de “Segurança no Trabalho” que os motoristas obrigatoriamente frequentam para renovação do Certificado de Aptidão, este protocolo decorre do programa “Uma Pausa para a Prevenção” que a UCAD tem vindo a desenvolver. Sensibilizar para a prevenção do consumo de drogas em meio laboral, informar sobre os riscos dos malefícios decorrentes dos consumos e dar a conhecer as respostas de tratamento existentes na RAM, foram os principais objetivos pretendidos.

ABRIL, MAIO, JUNHO



Desde 7 de abril que se realizam viagens de ligação direta entre a Estrada Monumental e o Monte nas carreiras 01 e 02, e entre o Monte e a Estrada Monumental nas carreiras 20 e 21. Adicionalmente, prolongaram-se algumas viagens até ao Laranjal Pequeno, através da Carreira 10A.

A HF apresentou a sua candidatura ao Fundo Ambiental, com o propósito de reduzir as emissões de gases poluentes e, por conseguinte, contribuir para a mobilidade sustentável. A RAM aprovou e publicou em Portaria n.º 145/2018, de 26 de abril um passe para todos os estudantes do Ensino Superior, até aos 23 anos, quer sejam ou não, beneficiários da Ação Social Escolar incentivando, por conseguinte, o uso do transporte coletivo de passageiros. A medida abrange os estudantes que frequentem todas as instituições de ensino superior públicas ou privadas da Região, bem como aqueles estudantes que estejam temporariamente em programas de intercâmbio, ou bolsas de estágio junto destas instituições, desde que façam prova dessa condição, beneficiam igualmente do Passe sub23@superior.tp.

O Largo do Encontro apresenta-se agora renovado, permitindo maior

conforto e segurança aos nossos passageiros e o trânsito, para os autocarros, mais facilitado.

Construiu-se uma zona específica de paragem, o passeio público foi alargado, e instalou-se iluminação adequada. Uma obra pública que originou uma melhoria significativa na qualidade do serviço, que é prestado aos clientes das zonas altas de São Roque.

JULHO, AGOSTO, SETEMBRO



Desde a sua fundação que a Horários do Funchal (HF) atribui à Formação Profissional um papel decisivo na qualificação dos seus profissionais, na melhoria contínua do serviço que presta, e no reforço da sua importância enquanto prestador do serviço de transporte público de passageiros. A HF desenvolveu a formação do CAM (Certificado de Aptidão de Motorista), finalizou a formação em Excel e iniciou a formação básica em Primeiros Socorros.

Ao proceder com o carregamento dos títulos de transporte através do serviço *Payshop*, o sistema permite a emissão da fatura com o respetivo NIF. Na implementação desta medida, o CA teve como propósito apresentar um serviço ao cliente com melhor qualidade.

A HF congratula-se por disponibilizar esta funcionalidade aos clientes, estando em linha com a necessidade definida pelo CA de agilizar os procedimentos atualmente adotados de modo a facilitar o dia-a-dia dos nossos passageiros.

No sentido de sensibilizar os estudantes a utilizarem o transporte público nas suas deslocações entre a casa e a escola, a HF desenvolveu duas campanhas de promoção do seu serviço. Uma para os alunos que frequentam escolas do 1º, 2º e 3º ciclo, escolas secundárias e escolas profissionais do concelho do Funchal denominada “De Carreira à Escola”. Nesse âmbito foram distribuídos folhetos em todas as escolas com a informação específica das carreiras que contêm serviços na respetiva escola. A outra campanha “De Carreira ao Ensino Superior” foi orientada para os alunos do

ensino superior de modo a dar a conhecer o Passe Sub23 e suas vantagens, bem como as carreiras que servem os estabelecimentos de ensino.

OUTUBRO, NOVEMBRO, DEZEMBRO



No dia 1 de outubro oito novos motoristas estrearam-se na rede urbana, onde encararam este novo desafio com garra e determinação.

A Horários do Funchal tem duas novas viaturas para o reforço do transporte especial para pessoas com mobilidade reduzida - PMR, limitado ao Concelho do Funchal e reservado às pessoas possuidoras de mobilidade reduzida, devidamente comprovada, permanente ou temporária, que tenham limitação no acesso às suas deslocações no sistema de transporte público regular de passageiros. Com estas duas aquisições, a frota afeta ao serviço PMR passa a ser constituída por 5 unidades que também estão disponíveis para prestarem serviços ocasionais de aluguer no âmbito de eventos que impliquem necessidades de deslocação para pessoas com mobilidade reduzida, sendo, por exemplo, o caso de excursões ou de transferes. As viaturas são da marca Mercedes Sprinter de 6,96m de comprimento e 2,80m de altura, têm lotação para 9 lugares de passageiros mais motorista ou até 6 passageiros mais motorista, mais 4 lugares para cadeiras de rodas, ar condicionado em toda a cabine e cumprem a norma Euro 6 de 2018, que é a última evolução em normas de controlo de emissões diminuindo-as em 55,5%.

Foi no passado dia 17 de dezembro que demos as boas-vindas aos oito novos fiscais. Este projeto teve início com a Formação para Agentes de Fiscalização Comercial. Este curso permitiu a preparação e integração profissional dos 8 novos fiscais e por outro lado, a renovação de conhecimentos dos nossos 3 fiscais que há muitos anos estão connosco.



INDICADORES RELEVANTES

INDICADORES OPERACIONAIS					
Indicadores de Procura	2018	2017	2016	18-17	18/17
PT	16.505.820	16.891.500	16.978.545	-385.680	-2,2%
T.O	14,5%	14,9%	14,8%	-0,37 p.p	-2,5%
Indicadores de Oferta	2018	2017	2016	18-17	18/17
LKO (Lugares x km)	404.941.183	404.028.357	407.874.807	912.826	0,2%
N.º de Viaturas	150	149	151	1	0,7%
Veículo km	5.662.909	5.675.934	5.708.988	-13.025,	-0,2%
N.º de Carreiras	62	62	62	0	0,0%
Extensão da Rede	198,40	198,40	198,40	0	0,0%
Total de Viagens	767.445	767.784	770.603	-339	-0,0%
Lotação média	77	77	77	0	0,0%
Velocidade média	15,9	16,7	17,0	-0,80	-4,8%
INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
N.º de Efetivos	448	427	440	21	-4,7%
N.º de Admissões	41	3	0	38	1.266,7%
N.º de Motoristas	263	259	259	4	1,5%
N.º de Metalúrgicos	86	86	91	0	0,0%
Motoristas/Viatura	1,75	1,74	1,72	0,01	0,6%
Metalúrgicos/Viatura	0,57	0,58	0,60	-0,01	-1,7%
Total Efetivos/Viatura	2,99	2,87	2,84	0,13	4,6%
ESTRUTURA ACIONISTA					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
Total do Capital Social (€)	17.852.360,00	17.852.360,00	17.852.360,00	0,00	0,0%
Capital Social detido pela RAM (%)	95%	95%	95%	0,00 p.p	0,0%
Capital Social detido pela EEM (%)	5%	5%	5%	0,00 p.p	0,0%

SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
Ativo não corrente (€)	25.118.625,35	25.750.570,89	26.575.404,26	-631.945,54	-2,5%
Ativo corrente (€)	4.478.567,57	5.606.470,83	5.681.945,41	-1.127.903,26	-20,1%
Total do Ativo (€)	29.597.192,92	31.357.041,72	32.257.349,67	-1.759.848,80	-5,6%
Capital Próprio (€)	17.486.841,11	16.277.482,74	16.388.764,87	1.209.358,37	7,4%
Passivo (€)	12.110.351,81	15.079.558,98	15.868.584,80	-2.969.207,17	-19,7%
Total Capital Próprio e Passivo (€)	29.597.192,92	31.357.041,72	32.257.349,67	-1.759.848,80	-5,6%
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
Passivo Remunerado (€)	4.433.559,31	7.125.066,30	7.882.435,47	-2.691.506,99	-37,8%
Autonomia Financeira (%)	59,08%	51,91%	50,81%	7,17 p.p.	13,8%
Solvabilidade (%)	144,40%	107,94%	103,28%	36,46 p.p.	33,8%
INDICADORES FINANCEIROS					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
Volume de Negócios (€)	13.899.913,19	13.862.957,70	13.776.043,91	36.955,49	0,3%
Resultado líquido (€)	1.187.956,22	-959.257,36	637.366,88	2.147.213,58	223,8%
Rendimentos Operacionais (€)	20.688.184,92	17.624.023,55	18.858.794,57	3.064.161,37	17,4%
Gastos Operacionais (€)	17.670.670,70	16.793.265,58	16.548.144,47	877.405,12	5,2%
Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais (%)	117,1%	104,9%	113,9%	12,13 p.p.	11,6%

Demonstração do Resultado por Km percorrido	2018	2017	2016
Gastos e Perdas			
Custos Exploração / Km	3,35	3,22	3,13
Outros Custos / Km	0,07	0,08	0,08
Total de Custos / Km	3,42	3,30	3,21
Rendimentos e Ganhos			
Proveitos de Exploração / Km	3,65	3,11	3,29
Outros Proveitos / Km	0,01	0,00	0,01
Total de Proveitos / Km	3,66	3,11	3,30
Resultado Líquido / Km	0,24	-0,19	0,09

Demonstração do Resultado por passageiro transportado	2018	2017	2016
Gastos e Perdas			
Custos Exploração / Passageiro	1,15	1,08	1,05
Outros Custos / Passageiro	0,02	0,03	0,03
Total de Custos / Passageiro	1,17	1,11	1,08
Rendimentos e Ganhos			
Proveitos de Exploração / Passageiro	1,25	1,05	1,11
Outros Proveitos / Passageiro	0,01	0,00	0,00
Total de Proveitos / Passageiro	1,26	1,05	1,11
Resultado Líquido / Passageiro	0,09	-0,06	0,03

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas:

Nos termos da Lei e dos Estatutos submete-se à apreciação dos acionistas, o Relatório e Contas da empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2018.

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo no concelho do Funchal, em circunstâncias e condições especiais, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social. A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população residente e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

No dia 14 de setembro de 2018, a Assembleia Geral de acionistas da HF, discutiu na sua sede social, o “Plano de Investimento e Financiamento da HF para 2019/2029” bem como o “Contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros no município do Funchal”, a celebrar com a Região Autónoma da Madeira, tendo decidido pela sua aprovação.

Foi a 2 de Outubro que se procedeu à assinatura do Contrato pela Horários do Funchal e pelo Governo Regional da Madeira, tendo obtido, em dezembro de 2018, o visto do Tribunal de Contas. Desta forma, a empresa procederá à implementação de um plano de renovação da frota, bem como dos equipamentos embarcados, das suas instalações e diversos equipamentos e software, necessários à sua plena laboração.

Adicionalmente ao *supra* referido, salienta-se que o equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da empresa, encontram-se dependentes da continuidade da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020, o qual resultou, em parte do seguinte:

- Nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei Nº 52/2015 de 9 de junho), os Municípios são a Autoridade de Transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica;
- Que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, de 17 de agosto, o qual veio clarificar a opção de assunção de competências atribuída aos Municípios no artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, para que todos os agentes envolvidos (Município, Região Autónoma

da Madeira, operadores e passageiros) possam atuar de acordo com um quadro de estabilidade e previsibilidade relativamente às competências de cada um.

1.1 EXPLORAÇÃO

1.1.1 Evolução da Oferta

A Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A. (HF) é a empresa de transportes públicos urbanos que assegura o transporte coletivo de passageiros, em modo rodoviário, no Concelho do Funchal.

No ano de 2018, a atividade decorreu com normalidade, muito embora fortemente condicionada pelo incremento de atividades socioculturais e desportivas a decorrer, principalmente, na Av. do Mar e das Comunidades Madeirenses e na Estrada Monumental, dois dos principais eixos rodoviários por onde circula o maior número de carreiras da rede do serviço urbano.

Estas condicionantes introduzem sérios fatores de perturbação, principalmente ao fim de semana ou em dias úteis ao final da tarde, causando desagrado aos clientes, pelo impacto negativo desses eventos sobre às consequentes alterações de percurso e que implicaram maiores distâncias a percorrer a pé, em resultado dos desvios e da deslocalização dos habituais pontos de transbordo entre as carreiras.

Por outro lado, manteve-se a monitorização sobre a evolução da oferta, com o propósito maior de melhorar a eficiência, coordenar transbordos, otimizar o planeamento e garantir padrões de qualidade, conforto e oportunidade, elevando o nosso contributo para a mobilidade sustentável na cidade do Funchal.

Neste ano, a estabilidade da rede de carreiras foi conseguida, tendo reflexos importantíssimos na procura e na satisfação das necessidades dos clientes de deslocação, cumprindo horários, frequências e carreiras.

O número máximo de autocarros empenhados no período de “ponta”, foi igual ao dos anos anteriores, como se poderá comprovar pelo gráfico seguinte:



Também, neste ano, não se verificaram alterações no número de unidades afetas a cada serviço e a lotação média manteve-se nos 77 lugares, o que representa uma mais valia quanto aos padrões de qualidade e conforto para os nossos passageiros.

O quadro seguinte apresenta a variação, da lotação média, nos últimos três anos:

QUADRO DA LOTAÇÃO MÉDIA					
DESIGNAÇÃO	2018	2017	2016	18-17	18/17
Lotação Média	77	77	77	0	0%

A extensão da rede simples manteve nos 198,40 km, garantindo assim a mesma taxa de cobertura da rede de carreiras no Concelho do Funchal.

O total de km realizados desceu 0,23%, em relação ao ano anterior, na sequência dos ajustamentos efetuados, os quais não influenciaram a capacidade de transporte, nem a oportunidade de deslocação, contribuindo para a redução do consumo de combustível, com impacto positivo na redução da emissão de gases poluentes para o ambiente.

Em 2018, foram realizadas 767.445 viagens e a velocidade comercial, apurada com base nos registos eletrónicos do Sistema de Apoio a Exploração - SAE, manteve-se, dentro do padrão dos anos anteriores:

- Rede Geral - 15,9 km/h;
- Rede das Zonas Altas - 13,9 km/h.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

EVOLUÇÃO DA OFERTA					
INDICADORES	2018	2017	2016	18-17	18/17
Km Úteis	5.259.342	5.275.212	5.313.931	-15.870	-0,3%
Km em Vazio	403.567	400.721	395.058	2.846	0,7%
Veículo km	5.662.909	5.675.934	5.708.988	-13.024	-0,2%
% Km Vazios	7,13%	7,00%	6,92%	0	0,9%
L.M.	77	77	77	0	0,0%
L.K.O.	404.941.183	404.028.357	407.874.807	912.826	0,2%
Viagens Realizadas	767.445	767.784	770.603	-339	-0,0%
Velocidade Média	15,9	16,7	16,9	-0,8	-4,8%

Em termos gerais, verifica-se uma tendência de descida em quase todos os indicadores, nos últimos anos, principalmente devido aos ajustamentos na oferta, para melhorar a eficiência, como acima já referido.

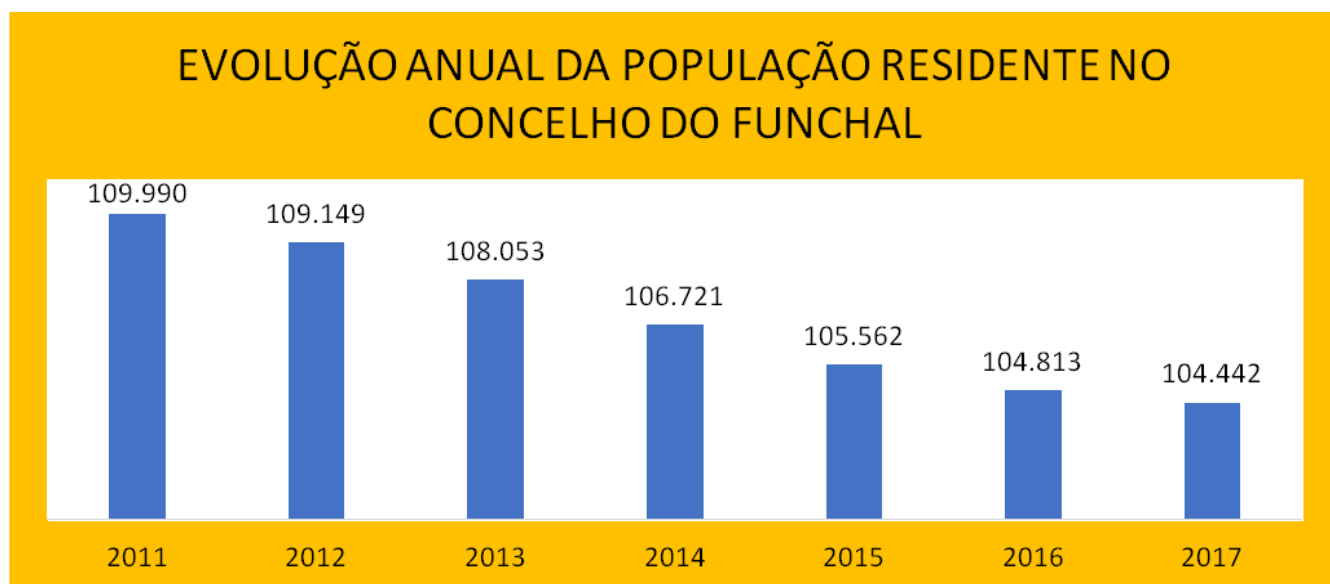
A empresa tem ainda um outro segmento de oferta, destinado a pessoas com mobilidade reduzida, que decorre fora do serviço regular das carreiras e que adiante será descrita com maior detalhe.

1.1.2 Evolução da Procura

Em 2018, foram transportados 16.505.820 passageiros no serviço regular das carreiras, o que representa menos 2,28%, relativamente ao ano anterior.

A análise comparativa sobre o número de passageiros é feita a partir do volume das validações efetuadas, pelos passageiros, à entrada no autocarro e registadas, eletronicamente, pelo Sistema de Bilhética.

De acordo com os dados da Direção Regional de Estatística (DRE), a evolução da população no concelho do Funchal, no que respeita a estimativas da população residente a 31 de dezembro foi, nos últimos anos a seguinte:



Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira - 2017, elaborado pela Direção Regional de Estatística da Madeira

A verificada descida do número de residentes no concelho do Funchal nos últimos anos, contraiu o potencial da procura influenciando a quebra verificada no movimento de passageiros transportados.

Por outro lado, como refere a DRE "... o índice de envelhecimento no Funchal continuou a aumentar, fixando-se em 142 pessoas idosas por cada 100 jovens (105,3 em 2015)." Esta situação tem reflexo sobre a evolução da nossa procura, confirmando a descida do número de jovens, com implicações diretas nas vendas nos passes criança e estudante, no sentido descendente e, por outro lado, no aumento do número de idosos com reflexos na subida do número de vendas no Passe Sénior.

O envelhecimento da população, e tal como anteriormente já referenciado, destaca a importância de serem criadas condições que favoreçam a acessibilidade ao serviço de transportes coletivos, com maior incidência nas pessoas com mais idade.

A distância média entre paragens na rede do serviço urbano é de 270 metros, valor que sobe para os 370 nos percursos de maior proximidade ao centro da cidade onde, em certos casos, pode variar entre 500 e 600 metros.

Seria, pois, benéfico se os passageiros pudessem dispor de mais paragens, como seria o caso aludido na rua 31 de Janeiro, para encurtar as distâncias a percorrer a pé e melhorar a atratividade e proximidade do nosso serviço.

O quadro seguinte mostra a variação do número total de passageiros transportados, nos últimos três anos:

EVOLUÇÃO DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SERVIÇO REGULAR DE CARREIRA					
Descrição	2018	2017	2016	18-17	18/17
N.º de Passageiros	16.505.820	16.891.500	16.978.545	-385.680	-2,3%

A caracterização da procura por tipologia de título utilizado, foi a seguinte em 2018:

- Passageiros utilizando Bilhete a Bordo7,03%;
- Passageiros utilizando Bilhetes do tipo pré-comprado22,59%;
- Passageiros utilizando Passe70,38%.

O quadro seguinte, resume os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

EVOLUÇÃO DA PROCURA					
Indicadores	2018	2017	2016	18-17	18/17
P.T	16.505.820	16.891.500	16.978.545	-385.680	-2,3%
P.M	3,56	3,56	3,56	0,00	0,0%
P.K.T	58.760.719	60.133.740	60.443.620	-1.373.021	-2,3%
T.O	14,5%	14,9%	14,8%	-0,37 p.p	-2,5%

SERVIÇO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA (PMR)

A HF disponibiliza um serviço, no Concelho do Funchal, adaptado a pessoas com graves limitações clinicamente confirmadas no acesso ao serviço regular das carreiras do serviço urbano, motivadas por dificuldades de mobilidade física e utilizando Cadeira de Rodas.

Este serviço social, é assegurado por autocarros de pequeno porte e adaptados com elevador para Cadeiras de Rodas. Os motoristas têm formação especificamente adaptada às particularidades do serviço.

O total de km/ano realizados, em 2018, foi de 62.947 e os passageiros transportados foram 12.112 passageiros.

Os principais movimentos origem/destino dos utilizadores foram: Hospital, Centros de Saúde e Lares.

Será de realçar que a empresa dispõe ainda de dispositivos de acesso para cadeira de rodas em grande parte dos autocarros afetos ao serviço das carreiras regulares e cuja utilização tem sido elevada por utentes com

dificuldades de mobilidade, mas que desejam utilizar, sem restrição, o serviço regular de transporte de passageiros.

REDE DE PARAGENS

A rede do serviço urbano incorpora um total de 1.664 paragens, o que implica um serviço permanente de trabalhos de manutenção, importantes na preservação da boa imagem e da correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço das carreiras e dos autocarros.

Tem sido feito um esforço ao longo dos anos para aumentar o número de paragens com abrigo, por forma a melhorar as condições de conforto para os passageiros, bem como a instalação de dispositivos de informação mais atual sobre o horário das carreiras, entre outros.

Evolução do número de paragens, nos últimos três anos, foi a seguinte:

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARAGENS					
Designação	2018	2017	2016	18-17	18/17
Número de Paragens	1.664	1.651	1.649	13	0,8%

SERVIÇO DE VENDAS E ATENDIMENTO A CLIENTES

A HF disponibilizou aos seus clientes, um serviço de atendimento personalizado aos seus Balcões e durante todos os dias da semana o qual, decorreu com normalidade, o que se destaca dado o volume de pessoas que, diariamente, nos procuram.

Para maior acessibilidade aos nossos clientes, a nossa força de vendas inclui ainda máquinas de venda automática instaladas em diferentes pontos da cidade, terminais da rede payshop e balcões dos CTT.

São diversos os locais onde a população pode aceder à informação, quer geral quer particular e adquirir os títulos de transporte que a empresa disponibiliza em diferentes tipologias, para a adultos e crianças.

FISCALIZAÇÃO

O serviço de fiscalização e controlo da cobrança é efetuado por fiscais que fazem parte do quadro de pessoal da HF, legalmente ajuramentados, que percorrem, em diferentes turnos, toda a rede de carreiras e durante todos os dias do ano.

O número total de passageiros fiscalizados em 2018 foi de 230.079. As fraudes detetadas subiram de 5 para 18 e referem-se a passageiros que estavam a utilizar passe que não lhes pertencia (prática detetada em pais que recorriam aos passes dos filhos). As fraudes detetadas deram lugar aos correspondentes Autos de Notícia por Contraordenação, lavrados pelo Fiscal nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho, na sua versão mais atual e enviados à autoridade competente.

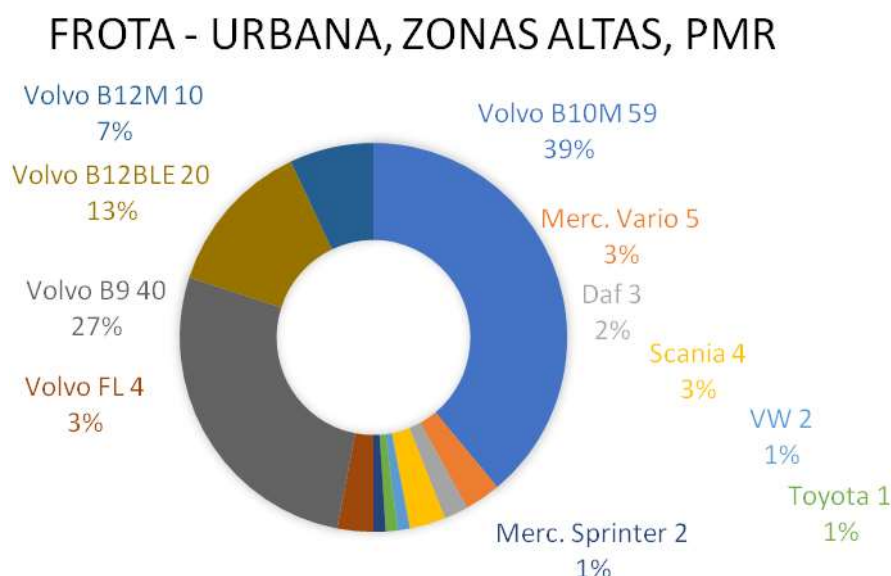
1.2 OFICINAL

A frota da HF a 31 de dezembro de 2018, é constituída por 150 autocarros, dos quais 137 afetos ao serviço urbano regular, 8 nas Zonas Altas e 5 PMR.

A idade média dos autocarros do serviço urbano situou-se nos 21,34 anos.

No que se refere aos quilómetros percorridos (Úteis, Vazio, Manutenção e Testes) no serviço urbano, houve uma redução de 2,0% se não incluirmos as Zonas Altas. Se considerarmos as Zonas Altas e PMR, houve um decréscimo de, aproximadamente, 2,2%.

A composição da frota, em termos de marcas, é representada pelo seguinte gráfico:



IMOBILIZAÇÃO DA FROTA

A taxa de imobilização foi de 16,37%, o que significa 24 autocarros imobilizados ao fim do dia. O qual, relativamente ao ano anterior, apresenta uma diminuição de 6,48%.

MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO - VIATURAS URBANAS						
DESIGNAÇÃO	RUBRICAS	2018	2017	2016	18-17	18/17
Imobilização média	Viaturas	24,40	26,08	25,94	-1,68	-6,4%
	Taxa	16,4%	17,4%	16,6%	-1,03 p.p	-5,9%

Unidades: Dias

No que se refere à taxa de imobilização, nas viaturas PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida), foi de 20,70%, em 2018, ou seja, sofreu uma diminuição de 18,18% em relação ao ano anterior.

MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO - VIATURAS PMR						
DESIGNAÇÃO	RUBRICAS	2018	2017	2016	18-17	18/17
Imobilização média	Viaturas	0,89	0,76	0,67	0,13	17,1%
	Taxa	20,7%	25,3%	22,5%	-4,60 p.p	-18,2%

A gestão das necessidades de peças, da responsabilidade da Divisão de Aprovisionamento, e a gestão diária de disponibilidade de frota, têm funcionado em plena harmonia, por forma a minimizar as faltas de autocarros para o serviço de Exploração.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

O plano de manutenção preventiva da frota HF, foi cumprido no que se refere, às mudanças de óleo, com cerca de 567 revisões.

CUSTOS DE MANUTENÇÃO

O euro (€)/km Manutenção (Mão de obra, Materiais e Trabalhos ao Exterior), no que respeita à frota urbana é de 0,33 euros. Devido à idade média elevada dos autocarros, verificou-se um acréscimo de 3,13% nos custos de manutenção, relativamente ao ano transato.

VARIÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO - VIATURAS URBANAS					
DESIGNAÇÃO	2018	2017	2016	18-17	18/17
Veículo km	5.551.034	5.662.608	5.591.847	-111.574	-1,9%
Custo de Manutenção	1.850.455,90	1.814.708,59	1.734.407,21	35.747,31	1,9%
Custo de Manutenção/Veículo km	0,33	0,32	0,31	0,01	3,1%

Unidade: Euros



Na frota PMR, verifica-se uma redução no Custo de manutenção/Veículo km de 43,48% de 2017 para 2018, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

VARIÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO - VIATURAS PMR					
DESIGNAÇÃO	2018	2017	2016	18-17	18/17
Veículo km	65.919	69.890	79.450	-3.971	-5,7%
Custo de Manutenção	17.191,70	31.872,92	19.468,17	-14.681,22	-46,0%
Custo de Manutenção/Veículo km	0,26	0,46	0,25	-0,20	-43,5%

Unidade: Euros

CUSTOS DE MANUTENÇÃO VIATURAS PMR



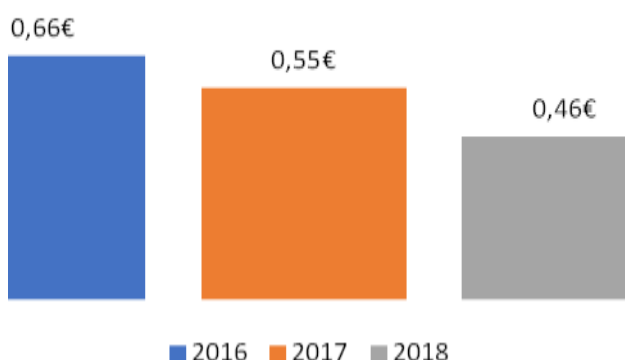
Na frota das Zonas Altas, à semelhança do ano transato, constata-se no Custo de manutenção/Veículo km uma redução dos 0,55 euros em 2017, para 0,46 euros, em 2018.

VARIAÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO - ZONAS ALTAS

DESIGNAÇÃO	2018	2017	2016	18-17	18/17
Veículo km	194.456	209.514	202.779	-15.058	-7,2%
Custo de Manutenção	89.157,66	115.910,64	133.416,96	-26.752,98	-23,1%
Custo de Manutenção/Veículo km	0,46	0,55	0,66	-0,09	-16,4%

Unidade: Euros

CUSTOS DE MANUTENÇÃO VIATURAS DAS ZONAS ALTAS



CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

A média de consumo de combustível, em 2018, foi de 62,41 L/100Km. Apesar do ligeiro aumento de 0,29 L/100Km, quando comparado com o ano anterior, conclui-se que é um bom resultado visto a cidade do Funchal estar permanentemente em obras durante o ano 2018, dificultando, por conseguinte, a circulação automóvel.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL						
DESIGNAÇÃO		2018	2017	2016	18-17	18/17
Serviço Urbano	Veículo km [1]	5.551.034,00	5.662.608,00	5.591.847,00	-111.574,00	-1,9%
	Consumo Gasóleo (L/100 km) [2]	3.486.891,02	3.511.446,30	3.542.445,10	-24.555,28	-0,7%
	[2] / [1] (L/100 km)	62,82	62,01	63,35	0,81	1,3%
Serviço Zonas Altas	Veículo km	194.456,00	209.514,00	202.779,00	-15.058,00	-7,2%
	Consumo Gasóleo (L/100 km)	129.432,73	136.283,50	147.155,40	-6.850,77	-5,0%
	[2] / [1] (L/100 km)	66,56	65,05	72,57	1,51	2,3%
Serviço PMR	Veículo km	65.919,00	69.890,00	79.450,00	-3.971,00	-5,7%
	Consumo Gasóleo (L/100 km)	10.745,15	11.706,80	13.683,60	-961,65	-8,2%
	[2] / [1] (L/100 km)	16,30	16,75	17,22	-0,45	-2,7%
Total	Veículo km	5.811.409,00	5.942.012,00	5.874.076,00	-130.603,00	-2,2%
	Consumo Gasóleo (L/100 km)	3.627.068,90	3.659.436,60	3.703.284,10	-32367,70	-0,9%
	[2] / [1] (L/100 km)	62,41	61,59	63,04	0,82	1,3%

Unidade: Litros

INSPEÇÕES PERIÓDICAS

A frota de 150 autocarros foi sujeita a 276 inspeções, o que equivale a 1,84 inspeções por autocarro, demonstrando o cuidado e o empenho na segurança dos nossos autocarros, tendo um custo total de 12.302,97 euros.

LIMPEZA DOS AUTOCARROS

Foram realizadas, em 2018, 34.290 operações de limpeza e lavagens, ou seja, em média cada autocarro foi limpo 228 vezes ao ano, demonstrando desta forma o cuidado e empenho na prestação de um serviço de qualidade aos nossos clientes.

GRANDES REPARAÇÕES

Além das reparações e substituições de peças e órgãos rápidos, foram ainda efetuadas nas nossas oficinas 4 reparações gerais e 2 reparações de soalho nas seguintes tipologias de viaturas: Volvo B9M e Scania 4x4. As intervenções atrás referidas visam melhorar o estado dos autocarros, prepará-los para o peso dos passageiros a transportar, bem como reforçar a estrutura da carroçaria e, em consequência aumentar o tempo das suas vidas úteis.

Por último, o trabalho oficial não se dedica apenas a prestar serviço à frota da HF e à Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., mas, também, à frota da Carristur.

ABATES DA FROTA AUTOMÓVEL DA HF

Em 2018, realizou-se o abate de um autocarro. Salienta-se, adicionalmente, o abate físico de 3 viaturas ligeiras, Opel Corsa e Citroen, da Frota de apoio, sendo as mesmas substituídas por 3 viaturas elétricas.

1.3 APROVISIONAMENTOS

A HF no cumprimento do quadro legal, é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2018, a HF aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislações de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto-Legislativo Regional n.º 33/2018/M de 15 de maio de 2018, na sua redação atual.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea a) do nº 3, do artigo 9º, artigo 11.º, e artigo 12º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foi aplicado o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE) da HF.

GESTÃO DE STOCK

A Gestão de Stocks, assume um papel fundamental na HF, sendo também uma das ferramentas importantes ao dispor da gestão para maximizar os seus resultados.

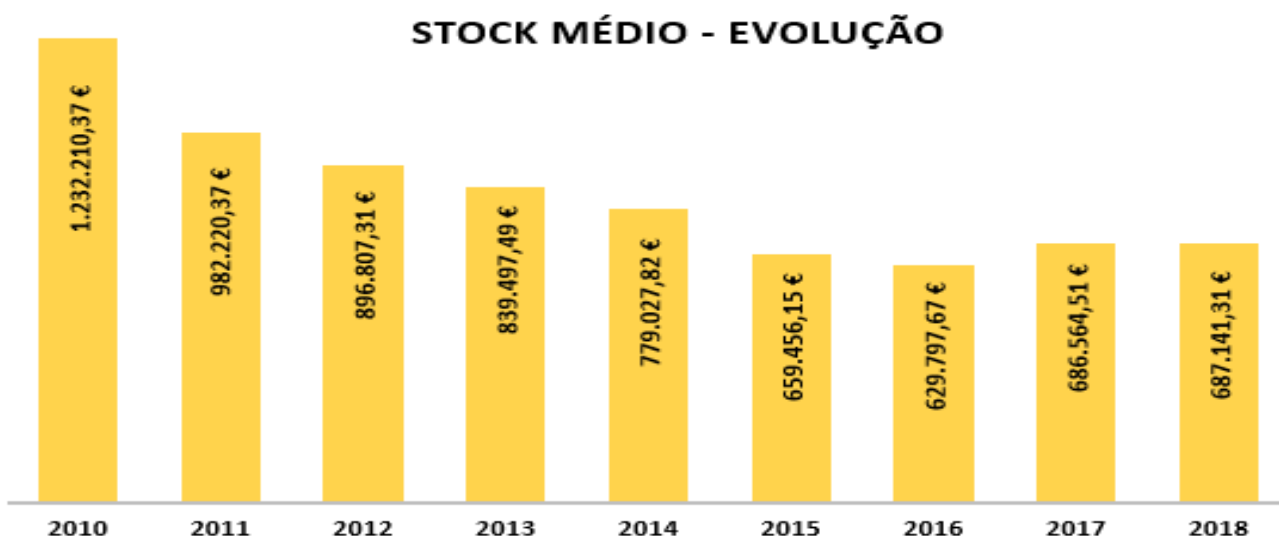
A Gestão de Stocks é, o conjunto de ações que visa manter o stock ao mais baixo nível em termos quantitativos e de custo, garantindo, simultaneamente, o fornecimento regular da empresa, tendo em vista a diminuição das imobilizações de autocarros e, conseqüentemente, garantir a qualidade e pontualidade na prestação de serviço de transporte de passageiros.

STOCK MÉDIO

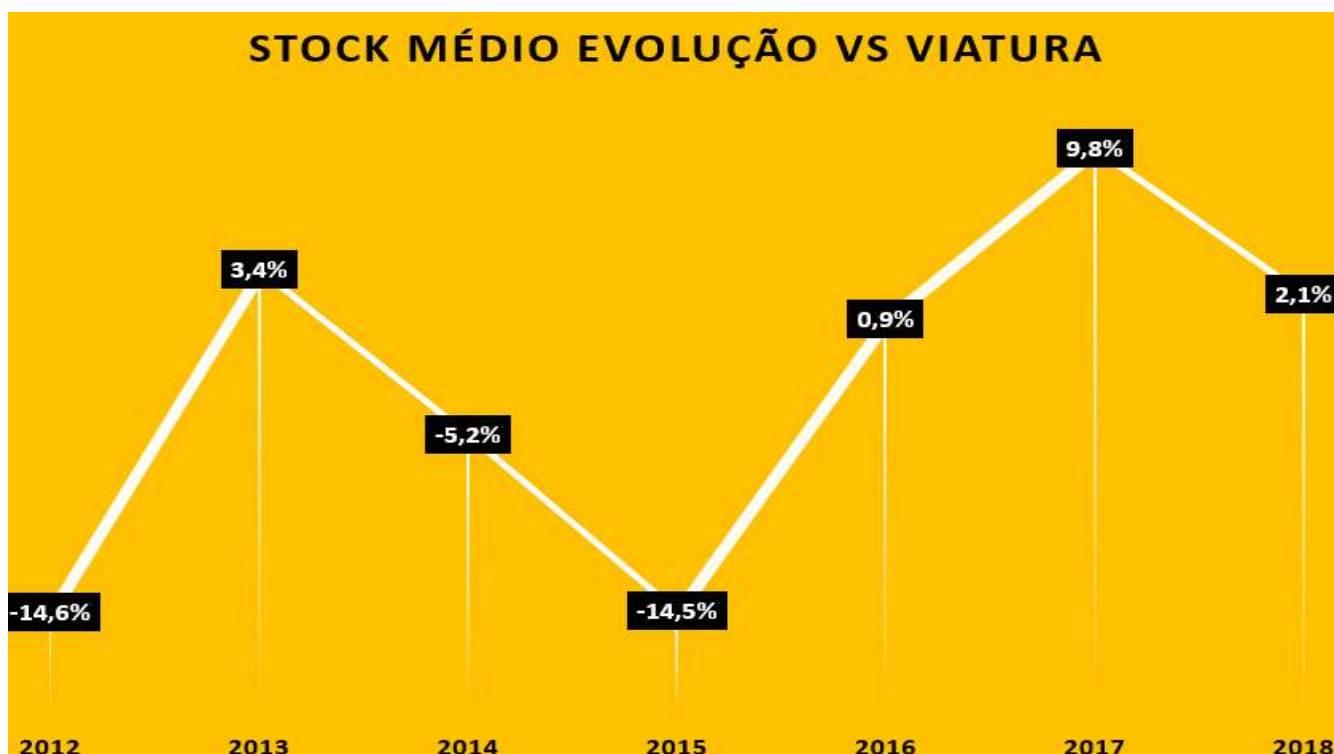
O stock médio traduz o valor médio das existências num determinado período, a sua evolução traduz a estratégia da empresa, nomeadamente em termos de não estabelecer stock de produtos que possam ser rapidamente fornecidos, passando essa responsabilidade para os fornecedores.

Complementarmente, procura-se soluções mais económicas e funcionais sem colocar em causa o fornecimento dos materiais. A evolução apresentada, e expectável, a partir de 2015 leva-nos a concluir que atingimos um ponto em que a redução é muito difícil, se mantivermos os atuais níveis de serviço e com a frota envelhecida.

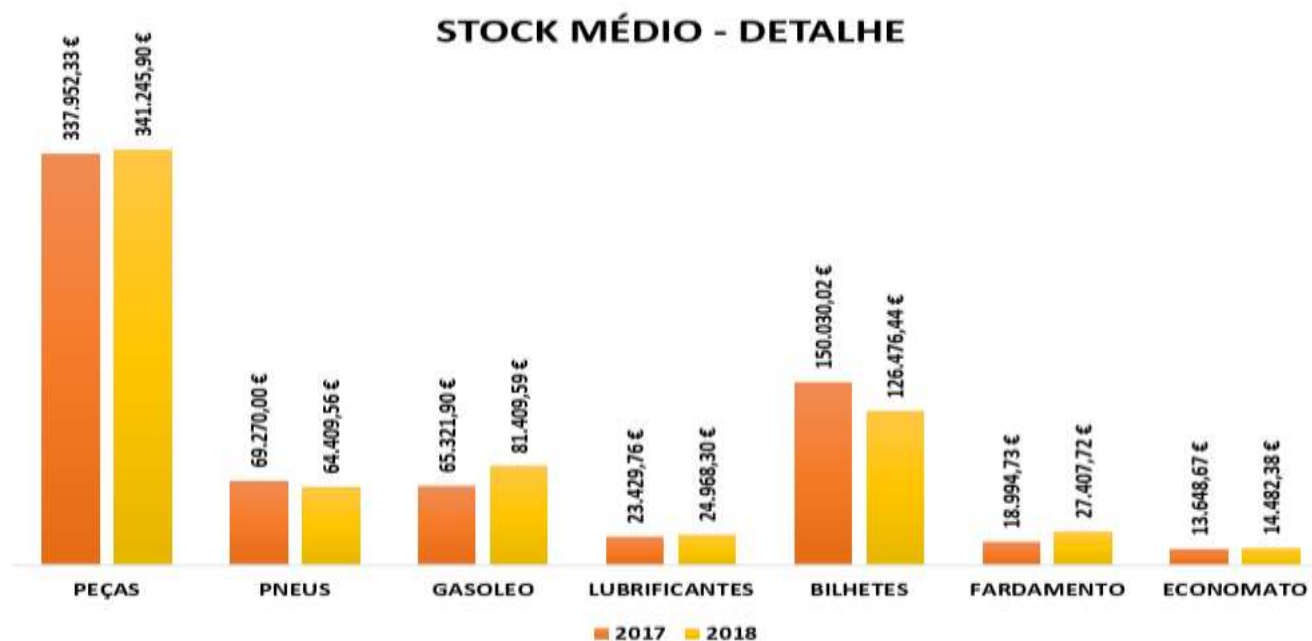
Desta forma é expectável que se venha a assistir, no futuro, a um ajustamento, para cima, no valor deste indicador.



Em termos de stock médio por viatura, obtivemos a evolução demonstrada no gráfico abaixo. Este rácio, varia não só pela evolução do stock médio como, também, pelo número de viaturas disponíveis.



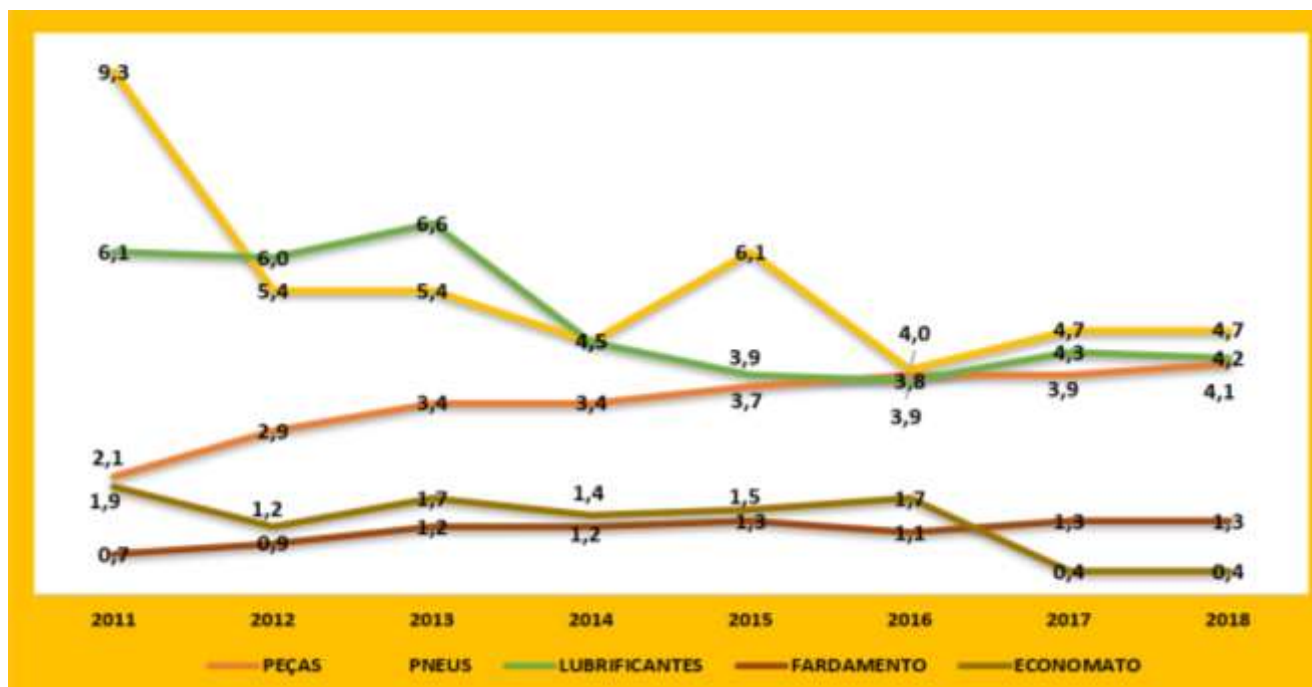
Atendendo a importância de alguns produtos no valor global do stock apresentado, foi elaborada uma análise mais detalhada e que se apresenta no gráfico que se segue.



Resultado desta análise podemos verificar que o decréscimo do valor do stock já não é possível, por termos atingido um valor que não é possível melhorar, atendendo à idade da frota atual da HF.

ROTAÇÃO DE STOCK

No gráfico seguinte podemos verificar, em detalhe, a evolução da rotação do stock que acompanha, de alguma forma, a evolução do stock.



1.4 RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores, a 31 de dezembro de 2018, no ativo da Horários do Funchal, era de 448 efetivos, registando um aumento de 5,03%, quando comparado com igual período homólogo.

COLABORADORES EFETIVOS					
HF	2018	2017	2016	18-17	18/17
Administração+Quadros+Chefias	12	14	14	-2	-14,3%
Administrativos+Armazém	48	37	35	11	29,7%
Oficinas+Motoristas Apoio	86	86	91	1	1,2%
Motoristas Operacionais	263	259	259	6	2,3%
Outros	39	30	30	6	18,2%
Sub Total	448	426	429	22	5,2%
CEDIDOS À CARRISTUR	2018	2017	2016	18-17	18/17
Administrativos	1	1	1	0	0,0%
Motoristas	10	10	10	0	0,0%
Sub Total	11	11	11	0	0,0%
Total	459	437	440	22	

No que toca ao peso na estrutura da HF, são os Motoristas Operacionais que detêm a maior representatividade, com 59% do efetivo.

Na HF não existe qualquer situação de precaridade laboral, pois existem apenas 2 trabalhadores com contrato a termo certo (até 30 de agosto 2020), no âmbito do Projeto Civitas Destinations. Os restantes trabalhadores têm contrato efetivo de trabalho.

Conforme quadro *supra*, à semelhança do ano anterior, salienta-se a cedência de 11 colaboradores à Carristur:

- Administrativos – 1;
- Motoristas – 10.

ADMISSÕES E TRANSFERÊNCIAS

Durante o ano de 2018, verificou-se um saldo positivo, visto terem ocorrido as seguintes movimentações:

- Duas transferências de dois motoristas da Companhia dos Carros de São Gonçalo para a Horários do Funchal;
- Dezasseis admissões para motoristas;
- Dez admissões de técnicos superiores que trouxeram à HF a renovação de pessoas qualificadas, permitindo a criação de gabinetes de suporte à gestão que em muito melhoraram os procedimentos e levaram à concretização de estratégias previamente definidas: Gabinete Jurídico, Departamento Comercial, Gabinete de Gestão e Controlo Orçamental;

- Um Técnico Superior de Segurança e Saúde no Trabalho o que veio reforçar a USCA;
- Duas admissões de administrativos;
- Duas admissões para a área oficial;
- Oito admissões de fiscais, para cumprimento do contrato de concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal que na sua cláusula 22ª, nº 2, referente à Fiscalização Comercial determina que: *“(…) A Concessionária obriga-se a manter ou subcontratar um corpo de agentes de fiscalização, devidamente ajuramentados de acordo com a Lei em vigor, com a missão de controlar, prevenir e combater a fraude e evasão tarifária, realizando ações de fiscalização com caráter regular e amostral a bordo dos veículos, de forma repartida entre as várias carreiras e horários do Serviço Público (…)”*.

CARATERIZAÇÃO DOS COLABORADORES

O nível de antiguidade é elevado, cerca de 65% dos colaboradores têm mais de 15 anos, o que se reflete no nível etário médio dos colaboradores da empresa que, em 2018, se situou nos 45,29 anos.

Em 2018, 3% da população trabalhadora apresenta uma idade superior a 60 anos. O que corresponde, aproximadamente, a 15 colaboradores. À semelhança do ano transato, na atividade da empresa, existem colaboradores com mais de 65 anos a trabalhar, devido ao aumento da idade da reforma, sem penalizações, que passou para os 66 anos e 4 meses.

No que toca ao nível de habilitações literárias, a percentagem de colaboradores com o ensino básico diminuiu, sendo de 14% em 2018, em resultado das saídas de colaboradores com maior antiguidade e menos qualificados, ou seja, a maioria dos colaboradores que saíram tinham unicamente como habilitações literárias o 1º ciclo do ensino básico. Por outro lado, com as admissões efetuadas passamos de 4% a 7% (33 trabalhadores) com Licenciatura e alguns com Mestrados, no universo da HF.

ABSENTISMO

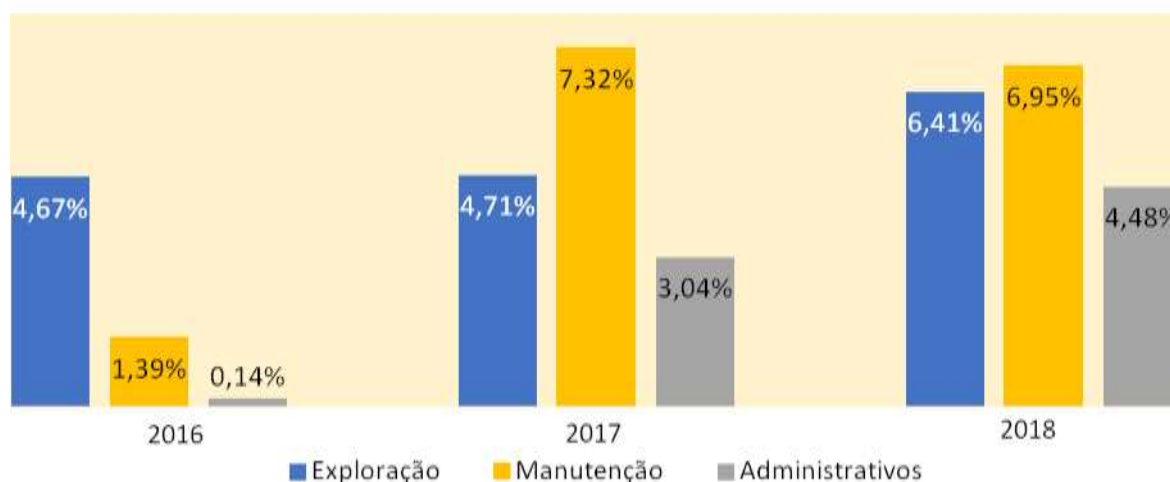
A taxa de absentismo na HF, registada em 2018 foi de 5,85%, em 2017 registou uma taxa de 4,30%.

Embora este indicador tenha sido controlado durante o ano de 2018, solicitando a verificação de incapacidade à Segurança Social em muitas das baixas apresentadas, verificamos um aumento significativo do número de ocorrências e da sua duração.

As faltas justificadas com remuneração tiveram um decréscimo, pois em 2017 era responsável por 29% das faltas registadas e em 2018 foi de 27% (faltas para doação de sangue; comissão de trabalhadores, dirigentes sindicais e outras obrigações legais).

Por áreas, verificamos uma diminuição na Área de Manutenção registando-se, no entanto, um aumento nas Áreas de Exploração e Administrativos.

TAXA DE ABSENTISMO POR ÁREAS FUNCIONAIS 2016/2018



TRABALHO SUPLEMENTAR

O ano de 2018, apresentou um acréscimo de trabalho extraordinário de 6,51%, relativamente ao ano transato. Para satisfazer o plano de oferta pré-estabelecido, este indicador será sempre uma realidade devido às características únicas do serviço neste Setor de Atividade. Adicionalmente, salienta-se que o absentismo gerado por doença e outras ausências acresce a necessidade de recurso a trabalho extraordinário.

De referir, ainda, que se realizou em período laboral o CAM para 109 motoristas, o que obriga a reposição desses serviços com motoristas em serviço implicando o aumento do trabalho extraordinário.

GASTOS COM O PESSOAL

No que se refere às remunerações processadas, em 2018, manteve-se a aplicação das medidas de Política Salarial, a que a empresa se encontra sujeita, decorrentes do estabelecido nas Leis do Orçamento Estado e Orçamento Regional.

Relativamente ao acréscimo verificado nos Gastos com o Pessoal, salienta-se o aumento nas Horas Extraordinárias (entre o ano de 2017 e 2018), de modo a repor os direitos dos trabalhadores nesta matéria, o acréscimo nos vencimentos base, devido à reposição das diuturnidades que se encontravam suspensas desde 2010, e ao aumento das remunerações em 1,5%.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

RUBRICAS	2018	2017	2016	18-17	18/17
Vencimento Base	4.532.992,87	4.456.164,41	4.497.503,97	76.828,46	1,7%
Horas Extras	323.608,97	303.831,00	242.765,68	19.777,97	6,5%
Total de Abonos	9.313.494,22	8.783.914,34	8.909.911,91	529.579,88	6,0%

Unidade: Euros

FORMAÇÃO

Foram desenvolvidas ações de formação profissional, em linha do cumprimento dos objetivos necessários às diferentes áreas da HF e conforme o levantamento de necessidades de formação.

Estas ações visaram a otimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, contribuindo para uma maior qualidade do serviço prestado. Neste ano, 89% dos colaboradores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação profissional.

No quadro *infra*, encontram-se espelhados indicadores relevantes sobre o presente tema.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL					
FORMAÇÕES LECIONADAS	2018	2017	2016	18-17	18/17
CAM Contínuo (horas)	3.815	4.060	840	-245,00	-6,0%
Tecnologias de informação (horas)	727	440	133	287,00	65,2%
Higiene e segurança no trabalho (horas)	540	70	401	470,00	671,4%
Prática/adaptação de viaturas (horas)	14	80	56	-66,00	-82,5%
Técnica (horas)	938	612	788	326,00	53,3%
Inicial (horas)	3.008	0	0	3.008,00	3.008,0%
Total (horas)	9.042	5.262	2.218	3.780,00	71,8%
OUTROS	2018	2017	2016	18-17	18/17
N.º de formandos	408	256	325	152,00	59,4%
N.º de cursos lecionados	33	38	27	-5,00	-13,2%

Entre os projetos desenvolvidos, efetuou-se o CAM (Certificação Aptidão de Motorista), a um grupo de motoristas que precisavam de recertificação para validação da sua aptidão profissional, num total de 109 formandos internos.

Dentro deste projeto, iniciamos também a formação em Inglês, com a participação e colaboração da Academia de Línguas da Madeira, programa que visa otimizar a relação com o cliente/estrangeiro.

Na Formação Comportamental, no âmbito do desenvolvimento de relações assertivas, frequentaram 6 colaboradores, onde se incluiu as Ações de Gestão de Conflitos/Liderar, Curso Intensivo de Legislação Laboral e Inteligência Emocional na Liderança, num total de 61 horas.

Na Formação sobre o Regulamento Geral Proteção de Dados, frequentaram 86 formandos com um total de 172 horas.

Na Área de Exploração, realizaram-se 2 cursos de formação inicial de motoristas de automóveis pesados de passageiros, com um total de 16 formandos e 2.560 horas de formação inicial, e a formação de agentes de fiscalização, com um total de 8 formandos e 448 horas.

Por Categorias Profissionais, frequentaram Ações de Formação durante 2018: Dirigentes, Técnicos Superiores, Chefias, Administrativos, Motoristas, Mecânicos e Eletricistas, num total de 9.042 horas e 408 colaboradores.

BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES

No ano de 2018, realizaram-se 266 exames médicos, dos quais 41 de admissão, 225 periódicos, cumprindo-se com a Legislação Laboral sobre este procedimento.

ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2018, registaram-se 16 ocorrências, das quais 10 tiveram como consequência a situação de baixa, as quais ascenderam a 714 dias de ausência (estão incluídas 2 situações de incapacidade que transitaram dias para 2019). Comparando com o ano anterior, verificamos um acréscimo no número de ocorrências e de situações de baixa, bem como um aumento do número de dias não trabalhados em 188,16%.

ACIDENTES DE TRABALHO					
DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	18-17	18/17
N.º de acidentes [1]	16	11	13	5	45,5%
Dias perdidos	706	349	315	461	188,2%
Trabalhadores [3]	448	426	429	22	5,2%
Taxa de Incidência = [1]/[3]	3,6%	2,6%	3,0%	0,99 p.p	38,4%

1.5 AMBIENTE

Ao longo do ano 2017 implementou-se um sistema de tratamento de água por osmose inversa, que permitiu o aproveitamento de água não potável para utilização geral, principalmente direcionada para lavagem de viaturas e sanitários. Devido ao tratamento de águas por osmose inversa, o consumo de água durante o ano 2018 reduziu para mais de metade do que no ano transato (-59,4%).

1.6 TECNOLOGIA

Para além dos novos projetos, salientam-se as atividades de carácter permanente, cruciais para a atividade da empresa como, por exemplo, o Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações, o Alojamento e Administração de Sistemas, o Helpdesk e suporte técnico, a Segurança Informática e as Telecomunicações.

Durante 2018 ocorreu um importante Projeto de Renovação de Infraestrutura Tecnológica da HF, que envolveu:

- Plataforma de Virtualização de Servidores;
- Plataforma de Gestão de *Backups* e *Recovery*;
- Alteração de equipamento ativo de rede otimizado para telefonia *VoIP*;
- Reforçado sistema de refrigeração do *Datacenter*.

Relativamente aos sistemas críticos, em 2018, foram registadas:

- Projeto de Migração do *Cluster do Middleware*;
- Projeto de Migração do GIST – *InfoPub*.

SUPORE TÉCNICO

Em 2018, prosseguiu a gestão do parque informático, a manutenção de equipamentos e apoio aos utilizadores.

Durante este ano foram solicitados 2.145 pedidos de suporte técnico, distribuídos pelas diversas equipas especializadas.

TELECOMUNICAÇÕES

As telecomunicações da empresa evoluíram exponencialmente ao longo do tempo conforme as necessidades do dia-a-dia, sendo, no entanto, deficitário o seu controlo.

À semelhança do ano transato, deu-se continuidade à reformulação de todas as comunicações contribuindo para uma redução significativa nos custos.

SAEIP

Visando a redução das anomalias e o encurtamento do tempo de intervenção, deu-se início a um plano estratégico de renovação de competências internas, recorrendo ao estágio profissional de um Engenheiro Eletrotécnico, pelo período de 12 meses.

Verificou-se, um pequeno decréscimo do número de anomalias e, principalmente, uma acentuada redução no tempo de intervenção em 15%.

BILHÉTICA

Realizaram-se várias otimizações aos processos do sistema de bilhética:

- Melhoria no sistema de prestação de contas do caixa local;
- Reestruturação do tempo de viagem visando garantir os transbordos sem a obrigatoriedade de uma segunda viagem;
- Introdução do passe `sub23@superior.tp`;
- Reprogramação do sistema de faturação dando cumprimento as diretivas da AT.

1.7 COMUNICAÇÃO E MARKETING

No âmbito das suas responsabilidades, a HF teve como principal objetivo realçar e demonstrar a todos os públicos externos da empresa, a qualidade e as vantagens dos serviços prestados.

A comunicação refletiu o padrão de qualidade dos serviços prestados que é consequente da dedicação e do desempenho de todos os colaboradores da Horários do Funchal.

A criação e a implementação de ações de comunicação credíveis, estruturadas e sustentáveis, ao nível interno e externo, tiveram a intenção de criar uma visibilidade pública positiva, destacar um serviço público económico, eficaz e crítico para o desenvolvimento social e económico da população e para o desenvolvimento do turismo na Região.

Na divulgação dos serviços para os diferentes públicos externos foram tidas em conta as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação.

No campo de ação das relações públicas, foram tomadas iniciativas relacionadas com a responsabilidade social da empresa. Ainda neste campo também foram, entre outros, desenvolvidas ações e tidos procedimentos para o desenvolvimento de relações de maior confiança e proximidade com os utilizadores do serviço de transporte público.

Por último, foram comercializados os espaços no exterior dos autocarros, para efeitos de campanhas publicitárias e foram concretizadas ações diversas no sentido da sua promoção.

1.8 COMERCIAL

O Departamento Comercial foi criado em maio do ano 2018. A sua atividade centrou-se, fundamentalmente, na implementação de novos produtos e projetos geradores de receitas complementares ajustada aos desejos e necessidades dos novos clientes.

No âmbito das atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- Reforço da política de parcerias com *players* estratégicos;

- Participação no evento “Noite do Mercado” com preços de ida e volta a 2 euros, sendo gratuito para as crianças até aos 12 anos inclusive, entre as 18h00 do dia 23 de dezembro até às 08h00 do dia 24 de dezembro;
- Criação e divulgação do novo passe social sub23@superior.tp nas instituições de ensino do Concelho do Funchal;
- Elaboração de campanhas promocionais relacionadas com diversos eventos. Como, por exemplo, temos, o “Festival do Atlântico” e o “Aniversário HF”;
- Realização de ações de sensibilização nas Escolas, Universidades e Instituições do Concelho do Funchal, de modo a promover o uso do transporte público como por exemplo: “ De Carreira à Escola”, “Sê Amigo do Planeta, Anda de Autocarro”.

1.9 ESTUDOS E PROJETOS COMUNITÁRIOS

Desde 2006, a HF tem vindo a envidar uma dupla responsabilidade na promoção de projetos europeus no domínio dos transportes públicos e mobilidade sustentável. No âmbito desta dupla valência a HF tem:

- Desenvolvido e implementado medidas e projetos internos que beneficiem e promovam o transporte público;
- Elaborado estratégias eficazes para melhorar a atual exploração do serviço na rede;
- Demonstrado e implementados projetos europeus específicos na área da mobilidade sustentável, colaborando em todos os projetos, como é caso do CIVITAS DESTINATIONS.

Relativamente a este último item, o projeto CIVITAS DESTINATIONS, está enquadrado no âmbito do programa Horizonte 2020 da União Europeia, e pretende implementar um pacote de medidas de mobilidade sustentável em seis ilhas Europeias: Madeira (Portugal); Las Palmas de Gran Canaria (Espanha); Portoferraio e Rio Marina (Isola d’Elba-Itália); La Valetta (Malta); Rethymno (Creta-Grécia); e Limassol (Chipre). O projeto teve início a 01 de setembro de 2016 e tem uma duração de 4 anos.

O intuito deste projeto passa por promover a mobilidade sustentável no segmento turístico para o alcance dos seguintes macro objetivos:

- i) Melhoria das acessibilidades;
- ii) Redução das emissões poluentes e a melhoria da qualidade do ar;
- iii) Redução do consumo de energia;
- iv) Aumento da equidade social;
- v) Melhoria da eficácia e da integração entre serviços de transporte.

De particular relevo, reveste-se a coordenação do projeto, que é corporizada pela HF, que assume igualmente os papéis de líder do consórcio regional e líder da avaliação local.

Salienta-se, a importância deste projeto para a HF, uma vez que as atividades desenvolvidas no âmbito do CIVITAS DESTINATIONS, têm como principal objetivo aumentar a eficiência do serviço, seja ao nível de sistemas de gestão e monitorização, seja ao nível da interação com o cliente (novos sistemas de informação e formação).

O projeto CIVITAS DESTINATIONS, conseguiu desta forma garantir o suporte necessário à política de investimentos da Empresa, funcionando como âncora da política de sustentabilidade empresarial.

Os projetos pilotos contidos neste projeto de investigação e inovação, permitirão examinar cuidadosamente a viabilidade da introdução de novas soluções tecnológicas e habilitar a sua implementação em larga escala nas áreas produtivas do operador de transporte (através do cofinanciamento de medidas de extensão enquadradas no programa FEDER/MADEIRA 14-20).

PREPARAÇÃO DE NOVAS CANDIDATURAS

Numa perspetiva de estratégia empresarial e a partir de um processo iterativo e contínuo de:

- i) Diagnóstico de necessidades operacionais;
- ii) Enquadramento das necessidades sentidas em linhas de investimento, materializadas em projetos concretos;
- iii) Estabelecimento de consórcios europeus;
- iv) Candidatura e negociação;
- v) Implementação.

No ano em apreciação, foram concretizadas as seguintes candidaturas:

- Participação na preparação da candidatura FORWARD – Fostering Research Excellence in EU Outermost Regions - liderada pela ARDITI, UNIVERSIDADE DA MADEIRA e ACIF;
- Participação na comunidade nacional de transportes para a preparação dos programas Quadro como *stakeholder* relevante;
- Participação no grupo Nacional de apoio à discussão do HORIZONTE EUROPA;
- Preparação das fichas de projeto para as candidaturas ao IDR da bilhética e renovação da frota em parceria com o GOI e a DAP, do estudo de mobilidade, e da melhoria da imagem da HF incluindo a renovação da rede de paragens e instalação de monitores a bordo;
- Início à preparação da candidatura PROCIENCIA em parceria com a UMA e a ALTICE;

1.10 JURÍDICO

O Gabinete Jurídico (doravante designado por GJ), foi constituído durante o ano 2018 de modo a prestar apoio especializado a diversas áreas da empresa. Saliente-se alguns exemplos de pareceres prestados em diferentes áreas da HF: Portal da Queixa, Programas de Faturação de Certificados, Livro de Reclamações em formato eletrónico, Concessão de 25 dias de férias e utilização do Logo Institucional dos Horários do Funchal pela Payshop.

No âmbito das suas responsabilidades, o GJ redigiu e acompanhou a negociação do Acordo de Empresa com os sindicatos, STRAMM e SNM, sendo que as do STRAMM foram concluídas em dezembro do ano em análise.

Adicionalmente, elaborou documentos/contratos necessários aos mais diversos concursos públicos.

PROCOLOS CELEBRADOS

A HF celebrou 14 Protocolos com entidades terceiras, tendo por base distintas finalidades abaixo especificadas:

- Publicidade dos serviços prestados pela HF e venda dos respetivos títulos de transporte;
- Cedência de espaço de venda e atendimento ao público;
- Formalização da transferência de recursos da entidade para a HF, no âmbito do projeto *Civitas Destinations*;
- Implementação da medida MAD 2.1 “Sustainable Regional Mobility Plan in Touristic Regions”;
- Realização de vídeos promocionais da HF.

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

No ano de 2018, o GJ em colaboração com os departamentos de Unidade de Controlo Interno – Segurança e Ambiente e o Gabinete de Organização e Informática, que foi a equipa interna nomeada para a implementação do NRGPD na HF, analisou as várias possibilidades e métodos para iniciar o processo.

1.11 ECONOMIA E FINANÇAS

RESULTADOS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é positivo em 1.327.317,86 euros, ou seja, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido, após aplicação do método da equivalência patrimonial, continua a ser positivo e no valor de 1.187.956,22 euros. Este resultado, apresentado nas demonstrações financeiras deste exercício, resulta, como referido anteriormente, da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., que para este ano apresenta um resultado líquido negativo de 139.361,64 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no valor estimado de 97.907,46 euros, os impostos diferidos totalizaram 38.220,44 euros e o imposto sobre o rendimento do exercício é positivo e no montante de 59.687,02 euros.

Numa primeira análise às demonstrações financeiras, verifica-se que o resultado líquido do exercício, positivo, é superior ao apresentado no ano anterior em 2,147 milhões de euros.

Sendo as principais razões na origem destes resultados, as seguintes:

- Assinatura do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros no município do Funchal, entre a Região Autónoma da Madeira e a Horários do Funchal;
- As Indemnizações Compensatórias que se encontravam em atraso pelo valor de 2,854 milhões de euros;
- Acréscimo no valor das vendas e serviços prestados em cerca de 37 mil euros.

CUSTOS E GASTOS

No quadro que se segue, e para uma melhor perceção dos impactos atrás referidos, procedemos à comparação com os dois últimos anos de exploração, das rubricas mais significativas de custos e gastos, constantes da Demonstração dos Resultados, por Naturezas:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS E PERDAS POR RUBRICA					
Rubricas	2018	2017	2016	18-17	18/17
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	6.488.886,72	6.132.394,01	5.910.438,47	356.492,71	5,8%
Fornecimentos e serviços externos	1.674.405,79	1.567.713,18	1.626.143,31	106.692,61	6,8%
Gastos com o pessoal	9.340.833,96	8.984.604,20	8.909.252,58	356.229,76	3,9%
Outros	311.897,19	315.091,30	104.477,52	-3.194,11	-1,0%
Gastos/reversões de depreciação	1.462.560,68	1.572.085,82	1.397.373,03	-109.525,14	-6,9%
Juros e gastos similares suportados	216.868,56	229.502,92	361.121,54	-12.634,36	-5,5%
Total	19.495.452,90	18.801.391,43	18.308.806,45	694.061,47	3,67%

Unidade: Euros

No custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, verificamos um acréscimo de cerca de 356 mil euros, o que em termos percentuais traduziu-se num acréscimo de 5,81% quando comparado com o ano anterior, sendo os grandes responsáveis por este aumento:

- O aumento do custo unitário do gasóleo, o que levou, em termos gerais, a um aumento do consumo em 282 mil euros;
- Nos materiais diversos para viaturas, mais 80 mil euros, destacando-se os materiais para a aplicação em motores, direção, eixos, travões e transmissão.

Nos fornecimentos e serviços externos (FSE), verificamos um acréscimo de, aproximadamente, 106 mil euros (6,81% em relação a 2017), sendo os trabalhos especializados a rubrica que mais contribuiu para o referido aumento.

Nos gastos com pessoal, e como referido ao longo deste relatório, verificou-se um acréscimo dos custos na ordem dos 356 mil euros, (+3,96%, em relação ao ano anterior) devido, principalmente, ao aumento dos vencimentos em 1,5%, à reposição das diuturnidades que se encontravam suspensas desde 2010, à atribuição do subsídio de insularidade, bem como devido ao aumento do número de trabalhadores.

Nos gastos de depreciação e amortizações, a diminuição verificada situou-se nos 109 mil euros, justificado, essencialmente, pela anterior substituição de órgãos de viaturas devido à idade elevada da frota. Destaca-se, ainda, a aquisição de duas novas viaturas e de equipamentos e programas informáticos, dos quais os mais relevantes: sistema de armazenamento de dados e sistema de monitorização de pneus.

Nos juros e gastos similares suportados, registou-se uma diminuição no valor de cerca de 12 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras e pelas reduções das taxas de juro e respetivas comissões, renegociadas neste exercício.

Na rubrica “Outros”, as variações existentes são de menor relevo, inclui os resultados da SG, imparidades, variação nos inventários da produção, entre outros.

RENDIMENTOS E GANHOS

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E GANHOS POR RUBRICA					
Rubricas	2018	2017	2016	18-17	18/17
Vendas e serviços prestados	13.899.913,19	13.862.957,70	13.776.043,91	36.955,49	0,3%
Subsídios à exploração	2.929.393,76	6.382,65	1.154.297,90	2.923.011,11	45.796,2%
Trabalhos para a própria entidade	786.815,74	764.409,87	547.814,25	22.405,87	2,9%
Outros rendimentos e ganhos	3.077.904,13	3.032.766,80	3.324.891,02	45.137,33	1,5%
Outros	49.069,32	6.382,65	134.084,03	49.069,32	668,8%
Total	20.743.096,14	17.666.517,02	18.937.131,11	3.076.579,12	17,4%

Unidade: Euros

As vendas e prestações de serviços, registaram um aumento de, aproximadamente, 37 mil euros.

Os três grupos de produtos/serviços responsáveis por este crescimento foram:

- Os títulos passes anuais, sociais I e II, 15 e 30 dias;
- Os passes estudante e criança;
- Os bilhetes de bordo.

Nos subsídios à exploração, destaca-se o recebimento da IC respeitante ao ano de 2018, pelo valor de 2,865 milhões de euros, sendo que durante o ano 2017 não foi atribuído qualquer valor. Adicionalmente, o montante de 42 mil euros respeitante ao subsídio dos passes sub23@superior.tp que entraram em vigor em maio do ano 2018, destinados a estudantes universitários.

Os restantes subsídios estão relacionados com a formação de funcionários da HF, no âmbito do programa FORMA MADEIRA14-20, subsidiado pelo Fundo Social Europeu, bem como devido à compensação de remunerações a estagiários contratados pela empresa e atribuídos pela Secretaria de Inclusão e Assuntos Sociais, no âmbito do programa PROJovem.

No exercício anterior apenas registou-se o subsídio respeitante à compensação de remunerações a pessoal em estágio na HF, de acordo com o programa *supra* referido.

Nos Trabalhos para a Própria empresa, verifica-se um aumento de cerca de 22 mil euros referentes a:

- Reparações de órgãos de substituição de viaturas;
- Reparação/recuperação de peças para o armazém;
- Remunerações para o projeto subsidiado por fundos comunitários, *Civitas Destinations* e *Desti-Smart*.

Em Outros Rendimentos e Ganhos, foi verificado um acréscimo de 45 mil euros, resultante, essencialmente, da alienação de 1 viatura de transporte de passageiros e de 3 viaturas ligeiras.

Na rubrica Outros Ganhos, salienta-se a variação absoluta positiva de cerca de 49 mil euros, devido à liquidação de dívidas de Clientes.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS					
Rubricas	2018	2017	2016	18-17	18/17
Ativo não corrente	25.118.625,35	25.750.570,89	26.575.404,26	-631.945,54	-2,5%
Ativo corrente	4.478.567,57	5.606.470,83	5.681.945,41	-1.127.903,26	-20,1%
Inventários	585.489,33	549.479,38	604.638,03	36.009,95	6,6%
Clientes	435.858,49	395.566,71	493.502,81	40.291,78	10,2%
TOTAL DO ATIVO (€)	29.597.192,92	31.357.041,72	32.257.349,67	-1.759.848,80	-5,6%
Capital realizado	17.852.360,00	17.852.360,00	17.852.360,00	0,00	0,00%
Capital próprio	17.486.841,11	16.277.482,74	16.388.764,87	1.209.358,37	7,4%
Passivo não corrente	4.404.106,12	5.875.156,17	7.682.020,16	-1.471.050,05	-25,0%
Passivo corrente	7.706.245,69	9.204.402,81	8.663.723,60	-1.498.157,12	-16,3%
TOTAL DO PASSIVO (€)	12.110.351,81	15.079.558,98	15.868.584,80	-2.969.207,17	-19,7%
Vendas e prestações de serviços	13.899.913,19	13.862.957,70	13.776.043,91	36.955,49	0,3%
Amortizações do exercício	1.462.560,68	1.572.085,82	1.397.373,03	-109.525,14	-6,9%
Resultados operacionais	1.464.511,80	-905.371,49	989.446,20	2.369.883,29	-261,8%
Resultados antes de impostos	1.247.643,24	-1.134.874,41	628.324,66	2.382.517,65	-209,9%
Imposto s/ o rendimento do exercício	-59.687,02	175.617,05	9.042,22	-235.304,07	-133,9%
RESULTADO LÍQUIDO (€)	1.187.956,22	-959.257,36	637.366,88	2.147.213,58	-223,8%

Unidade: Euros

FINANCIAMENTO

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA					
Rubricas	2018	2017	2016	18-17	18/17
Instituições de crédito e sociedades financeiras					
Empréstimos bancários	3.839.959,47	6.532.754,09	6.957.743,60	-2.692.794,62	-41,2%
Locações financeiras	593.599,84	592.312,21	924.691,87	1.287,63	0,2%
Total	4.433.559,31	7.125.066,30	7.882.435,47	-2.691.506,99	-37,8%
Juros e gastos similares suportados	216.868,56	229.502,92	361.121,54	-12.634,36	-5,5%

Unidade: Euros

A 31 de dezembro, o total de financiamentos rondava o valor de 4,4 milhões de euros, menos 37,78%, quando comparado com o ano anterior.

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos e com o pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Devido ao recebimento das Indemnizações Compensatórias ter ocorrido apenas no final do exercício, foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 1,8 milhões de euros.

O capital amortizado, durante este exercício, foi no montante de 2,7 milhões euros.

De realçar a redução dos juros dos financiamentos, de 229 mil euros mil euros para 216 mil euros, menos 13 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, assim como, e à semelhança do ano transato, pelo facto de não estar a incidir nos juros qualquer indexante à taxa *Euribor* por encontrar-se negativa.

PERSPETIVAS FUTURAS

As tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela HF nas suas vendas, são fixadas pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito.

Comparativamente ao ano transato, o tarifário em 2018 apresenta, apenas, um novo produto – o passe sub23@superior.tp..

Este título de transporte é destinado aos estudantes do ensino superior até aos 23 anos de idade, inclusive, que beneficiem de ação social direta no ensino superior. Até ao Orçamento do Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, preexistia uma clara discriminação negativa a todos os estudantes do ensino superior das Regiões Autónomas, na medida em que o diploma que regula este passe sub23@superior.tp limitava o seu âmbito de aplicação aos serviços de transporte de passageiros autorizados ou concessionados pelos organismos da administração central e aos serviços de transporte de iniciativa dos municípios.

Uma vez que os serviços de transporte coletivo de passageiros, no caso das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, são autorizados ou concessionados pelos organismos da administração regional, os estudantes universitários das Regiões Autónomas continuavam excluídos deste benefício da ação social.

Saliente-se ainda que, a partir de 2019, perspetiva-se uma alteração significativa no valor dos passes Sociais. Sendo que alguns deles passarão, mesmo, a ser gratuitos.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspetivas de crescimento económico e de redução do desemprego, fatores que influenciam o aumento da mobilidade, mas insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a *performance* da nossa atividade.

Contudo, com o novo tarifário, é expectável que se assista a um aumento significativo da procura nos transportes públicos por parte da população, devido à considerável redução no valor dos passes.

O preço do gasóleo encontra-se muito instável, sendo difícil determinar se a evolução do mesmo será positiva ou negativa. No entanto com tendência de subida à data do presente relatório.

A HF tem previsto investimentos, para o próximo exercício, na ordem dos 4.523.246,79 milhões de euros, no entanto dependente de apoios comunitários e da viabilização na obtenção de financiamentos por parte das instituições financeiras.

A empresa vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico da empresa.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e com os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, positivo de 1.187.956,22 euros, seja cativado o montante de 59.397,81€ para Reservas Legais e o valor remanescente, no valor de 1.128.558,41€, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 28 de março de 2019,

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves – Presidente

Susana Maria Florença Pinto Correia – Vogal

Duarte Leovigildo de Faria Sousa – Vogal

2. CONTAS DO EXERCÍCIO

BALANÇO

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	22.379.764,73	22.873.473,45
Activos intangíveis	7		
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	2.722.698,70	2.862.060,34
Participações financeiras - outros métodos	9	15.000,00	15.000,00
Outros ativos financeiros		1.161,92	37,10
Créditos a receber			
		25.118.625,35	25.750.570,89
Activo corrente			
Inventários	12	585.489,33	549.479,38
Clientes	13	435.858,49	395.566,71
Adiantamentos a fornecedores	18	587,08	96.718,42
Estado e outros entes públicos	14	340.777,34	329.135,67
Accionistas / sócios		2.150,32	1.064.058,15
Outros créditos a receber	15	1.448.389,12	1.664.630,86
Diferimentos	16	137.328,86	38.114,38
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	10	192,32	227,94
Caixa e depósitos bancários	4	1.527.794,71	1.468.539,32
		4.478.567,57	5.606.470,83
Total do activo		29.597.192,92	31.357.041,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	17.852.360,00	17.852.360,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	3.451.382,83	3.451.382,83
Reservas legais	19	343.705,41	343.705,41
Outras reservas	20	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	21	-21.134.276,48	-20.308.664,97
Ajustamentos em activos financeiros	22	-151.571,69	-151.571,69
Excedentes de revalorização	23	15.213.191,50	15.346.837,35
Outras variações no capital próprio	11 e 24	584.429,45	563.027,30
Resultado líquido do período		1.187.956,22	-959.257,36
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		17.486.841,11	16.277.482,74
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	1.115.433,83	2.545.053,33
Passivos por impostos diferidos	11 e 24	3.288.672,29	3.330.102,84
		4.404.106,12	5.875.156,17
Passivo corrente			
Fornecedores	27	1.042.959,31	1.112.305,45
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	398.235,21	243.059,60
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	25	3.318.125,48	4.580.012,97
Outras dívidas a pagar	26	2.553.698,18	2.875.741,37
Diferimentos	16	393.227,51	393.283,42
		7.706.245,69	9.204.402,81
Total do passivo		12.110.351,81	15.079.558,98
Total do capital próprio e do passivo		29.597.192,92	31.357.041,72

Unidade: Euros

O Contabilista Certificado

O Conselho Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	28	13.899.913,19	13.862.957,70
Subsídios à exploração	29	2.929.393,76	6.382,65
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	30	-139.361,64	-88.498,16
Variação nos inventários da produção	31	-5.841,90	-42.493,47
Trabalhos para a própria entidade	32	786.815,74	764.409,87
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	33	-6.488.886,72	-6.132.394,01
Fornecimentos e serviços externos	34	-1.674.405,79	-1.567.713,18
Gastos com pessoal	35	-9.340.833,96	-8.984.604,20
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	2.771,42	-7.198,14
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,15	46.297,90	-67.677,77
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imp. de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-113,80	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		-35,62	-669,57
Outros rendimentos e ganhos	36	3.077.904,13	3.032.766,80
Outros gastos e perdas	37	-166.544,23	-108.554,19
Resultado antes de dep, gastos de finan. e impostos		2.927.072,48	666.714,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	-1.462.560,68	-1.572.085,82
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	39	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		1.464.511,80	-905.371,49
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	40	-216.868,56	-229.502,92
Resultado antes de impostos		1.247.643,24	-1.134.874,41
Imposto sobre rendimento do período	11	-59.687,02	175.617,05
Resultado líquido do período		1.187.956,22	-959.257,36

Unidade: Euros

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2018	2017
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.250.725,88	15.262.234,13
Pagamento a fornecedores	-10.017.347,66	-9.586.855,50
Pagamentos ao pessoal	-5.475.379,73	-5.170.657,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-242.001,51	504.721,60
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	60.037,04	-64.604,36
Outros recebimentos / pagamentos	2.107.122,41	1.088.177,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.925.157,94	1.528.294,34
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-530.368,23	-657.521,36
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis	163.996,50	
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	258.150,50	2.033,32
Juros e rendimentos similares		3.825,19
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-108.221,23	-651.662,85
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	0,00	9.200.000,00
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	1.061.907,83	
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-2.692.794,62	-9.624.989,51
Juros e gastos similares	-126.794,53	-113.187,71
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1.757.681,32	-538.177,22
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	59.255,39	338.454,27
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.468.539,32	1.130.085,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.527.794,71	1.468.539,32

Unidade: Euros

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2017											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Lf. período	
Posição no início do período		17.852.360,00	2.389.475,00	311.837,07	139.663,87	-21.211.439,43	-151.571,69	15.644.113,27	776.959,90	637.366,88	16.388.764,87
Alterações no período											0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	23					378.695,44		-378.695,44			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								-272.525,60		-272.525,60
Ajustamentos por impostos diferidos	21, 23 e 24					-81.419,52		81.419,52	58.593,00		58.593,00
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	21			31.868,34		605.498,54				637.366,88	0,00
		0,00	0,00	31.868,34		902.774,46	0,00	-297.275,92	-213.932,60	637.366,88	-213.932,60
Resultado líquido do período										-959.257,36	-959.257,36
Resultado extensivo										-321.890,48	-321.890,48
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações	18		1.061.907,83								1.061.907,83
Posição no fim do período		17.852.360,00	3.451.382,83	343.705,41	139.663,87	-20.308.664,97	-151.571,69	15.346.837,35	563.027,30	-959.257,36	16.277.482,74
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2018											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Lf. período	
Posição no início do período		17.852.360,00	3.451.382,83	343.705,41	139.663,87	-20.308.664,97	-151.571,69	15.346.837,35	563.027,30	-959.257,36	16.277.482,74
Alterações no período											0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	23					378.695,44		-378.695,44			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								18.191,69		18.191,69
Ajustamentos por impostos diferidos	21, 23 e 24					-245.049,59		245.049,59	3.210,46		3.210,46
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	21					-959.257,36				-959.257,36	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	-825.611,51	0,00	-133.645,85	21.402,15	-959.257,36	21.402,15
Resultado líquido do período										1.187.956,22	1.187.956,22
Resultado extensivo										228.698,86	228.698,86
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações	18										
Posição no fim do período		17.852.360,00	3.451.382,83	343.705,41	139.663,87	-21.134.276,48	-151.571,69	15.213.191,50	584.429,45	1.187.956,22	17.486.841,11
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Unidade: Euros

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5 – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da atividade

A atividade principal da Empresa HF, é o transporte terrestre, urbano, de passageiros. A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual (NC).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 28 de março de 2018, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual

os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (CCSG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se, contudo, as seguintes situações:

- Ativos não correntes, detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efetuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efetuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer atualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de janeiro e 264/92 de 24 de novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas.

Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter em conta as características do serviço público prestado, bem como, as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Descrição	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica, desde que se verifique, como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Descrição	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do ativo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Em Outubro de 2018 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviço público de transporte rodoviário de passageiros no Município do Funchal, entre a Região Autónoma da Madeira, Autoridade de Transportes competente, representada no ato pelo Vice-Presidente Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, e a Horários do Funchal, S.A, um contrato interadministrativo com a duração de 12 anos, tendo o seu término a 31/12/2029, no sentido de manter os princípios da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da Prestação do Serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, que o Operador Horários do Funchal, S.A, detém na totalidade e lhe permite assegurar o serviço objeto do contrato.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes, detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes, detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes, detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes, detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de março de 2018 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 44.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Empresa avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis e durante os seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014, até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de, 1 de janeiro de 2017, podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas e alteradas as regras de utilização de prejuízos fiscais em que previam a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO), passando a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

Em 2010, a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efetuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos ativos e passivos durante o exercício de 2018.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	8.279,58	7.690,43
Depósitos à ordem		
Montepio Geral	2.154,46	559,87
Novo Banco	258.315,17	202.101,54
Banco BIC	787.400,90	674.219,85
Caixa Geral de Depósitos	411.332,06	94.016,61
Millennium BCP	37.499,40	68.500,33
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	280,68
Santander Totta	2.492,46	401.130,01
Outros depósitos bancários		
	1.527.794,71	1.468.539,32

Unidade: Euros

Os saldos acima referidos, não contemplam o valor de 127.039,16 euros e 414.861,64 euros, em 2018 e 2017 respetivamente, depositados no Banco BIC, pelo INEA-INNOV.AND NETWORKS EXECUTIVE AGENCY, entidade responsável pelo projeto europeu, *Civitas Destination*, para pagamentos a parceiros do projeto, definidos no contrato, no qual a HF foi nomeada líder do consórcio e responsável pela entrega.

O valor referente a 2017, acima referido, encontrava-se a aguardar o destino a ser dado, atendendo que não foi possível efetuar o pagamento a dois dos parceiros do projeto, de acordo com o plano de pré-financiamento. No presente exercício e por alteração do contrato, o valor foi distribuído por todos os parceiros do projeto.

O valor de 2018, refere-se à retenção de valores não pagos aos parceiros do projeto, por estes não reunirem as condições necessárias para a sua atribuição.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício a HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.917.681,99	8.917.681,99
Edifícios e outras construções	16.599.635,12	16.599.635,12
Equipamento básico	25.537.654,11	25.512.653,53
Equipamento de transporte	296.834,05	424.001,18
Equipamento administrativo	1.759.354,15	1.744.784,00
Outros activos fixos tangíveis	2.238.426,19	2.380.763,69
Investimentos em curso	26.454,73	55.974,83
	55.376.040,34	55.635.494,34
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-1.270.201,94	-1.380.430,51
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-31.610.632,91	-31.266.149,62
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-115.440,76	-115.440,76
	-32.996.275,61	-32.762.020,89
Valor líquido contabilístico	22.379.764,73	22.873.473,45

Unidade: Euros

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, são analisados como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	8.917.681,99				8.917.681,99
Edifícios e outras construções	16.599.635,12				16.599.635,12
Equipamento básico	25.512.653,53	684.534,10		(659.533,52)	25.537.654,11
Equipamento de transporte	424.001,18			(127.167,13)	296.834,05
Equipamento administrativo	1.744.784,00	103.544,35		(88.974,20)	1.759.354,15
Outros activos fixos tangíveis	2.380.763,69	67.519,58		-209.857,08	2.238.426,19
Investimentos em curso	55.974,83	310.688,00		-360.207,60	6.455,23
Adiantamentos		19.999,50			19.999,50
	55.635.494,34	1.186.285,53	-	-1.445.739,53	55.376.040,34
Depreciação ac. e imp.					
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)				(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(4.203.672,79)	-484.420,47			(4.688.093,26)
Equipamento básico	(23.678.301,33)	-676.286,94		611.165,13	(23.743.423,14)
Equipamento de transporte	(415.574,77)	-2.808,72		127.167,01	(291.216,48)
Equipamento administrativo	(1.681.499,09)	-55.988,95		87.832,64	(1.649.655,40)
Outros activos fixos tangíveis	(2.323.291,90)	-50.696,86		209.782,44	(2.164.206,32)
	(32.762.020,89)	-1.270.201,94	-	1.035.947,22	(32.996.275,61)
Total	22.873.473,45				22.379.764,73

Unidade: Euros

Nas adições:

- Em equipamento básico, 685 mil euros, dos quais 139 mil euros, na aquisição de 2 viaturas para prestar serviços a pessoas com mobilidade reduzida (PMR), 457 mil euros na substituição de órgãos/componentes de viaturas, e 89 mil em outros equipamentos, tais como de bilhética e extintores instalados a bordo das viaturas;
- Em equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis, 104 mil euros e 68 mil euros respetivamente, referem-se praticamente à aquisição de equipamentos e programas informáticos, nomeadamente, a substituição do AS400, o sistema de armazenamento de dados e o sistema de monitorização de pneus.

Para além do acima referido, regista 192 mil euros na aquisição de bens e serviços e recuperação de despesas diversas, das quais remunerações e amortizações de equipamentos, custos afetos aos projetos financiados por Fundos Comunitários, dos quais o *Civitas Destinations* e *Desti Smart*, que a HF opta por registar em ativos fixos intangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Nos abates e alienações:

- Em equipamento básico, 660 mil euros, dos quais 162 mil euros referentes à alienação de 1 viatura, 495 mil euros ao abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados, e, em outros equipamentos, 3 mil euros;
- Em equipamento de transporte, 127 mil euros e referente a seis viaturas ligeiras, dos quais 68 mil euros por alienação de três viaturas e 59 mil euros por abate;
- Em equipamentos administrativos e outros ativos fixos tangíveis, 88 mil euros e 210 mil euros respetivamente e referem-se essencialmente ao abate de equipamentos e *software* informático, destacando-se equipamentos de telecomunicações, do sistema Gist e do relógio de ponto. Nos outros equipamentos, releva-se duas unidades de lavagens de viaturas e equipamentos do refeitório e bar.

Os ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresentam-se como se segue:

Rubrica	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e out. construções						
Equipamento básico	816.458,36	-307.140,87	509.317,49	2.577.505,83	-1.885.003,08	692.502,75
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	816.458,36	-307.140,87	509.317,49	2.577.505,83	-1.885.003,08	692.502,75

Unidade: Euros

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresentam-se como se segue:

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	89.363,72	8.100,28	97.464,00	131.857,53	7.428,71	139.286,24
Entre um e cinco anos	370.842,80	19.013,20	389.856,00	460.454,68	21.177,54	481.632,22
Mais de cinco anos	133.393,32	1.697,06	135.090,38			
	593.599,84	28.810,54	622.410,38	592.312,21	28.606,25	620.918,46

Unidade: Euros

Restrições à titularidade apresentam-se como se segue:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção compra	Duração
2 viaturas transp. PMR	CGD	Título de propriedade	138.800,00	277,60	Sim	8 anos
4 viaturas transp. de passageiros	EUROBIC	Título de propriedade	670.000,00	13.400,00	Sim	8 anos

Unidade: Euros

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Descrição dos imóveis	Passivo
Prédio urbano- artigo matricial U - 2496 Prédio rústico - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário no montante de 2.815.000,00 euros

Unidade: Euros

Por contrato assinado entre a HF e a Caixa Geral de Depósito, em 16/03/2016, os 3 empréstimos detidos junto daquela mesma instituição, no montante de 2.815 mil euros, foram reformulados/transformados em mútuo com hipoteca, de igual valor, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

7. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	192.358,74	191.655,31
	192.358,74	191.655,31
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-192.358,74	-191.655,31
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-192.358,74	-191.655,31
	0,00	0,00

Unidade: Euros

Referem-se à aquisição de bens e serviços e recuperação de despesas diversas, das quais, remunerações e amortizações de equipamentos, custos afetos aos projetos financiados por Fundos Comunitários, o *Civitas Destinations* e o *Desti Smart*, que, a HF, opta por registar em ativos fixos intangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Os movimentos ocorridos em ativos fixos intangíveis são analisados como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:				
Estudos e projectos	191.655,31	192.358,74	-191.655,31	192.358,74
	191.655,31	192.358,74	-191.655,31	192.358,74
Amortização ac. e imparidade				
Depreciação do período	-191.655,31	-192.358,74	191.655,31	-192.358,74
	-191.655,31	-192.358,74	191.655,31	-192.358,74
Total	0,00			0,00

Unidade: Euros

Neste exercício, tal qual no ano anterior regista um montante de 192 mil euros, relativos a custos imputados aos projetos *Civitas Destination* e *Desti Smart*, subsidiados por fundos comunitários e amortizados num só exercício.

8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Tipo	31-12-2018			31-12-2017		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	5.000.000,00	-2.277.301,30	2.722.698,70	5.000.000,00	-2.137.939,66	2.862.060,34
		5.000.000,00	-2.277.301,30	2.722.698,70	5.000.000,00	-2.137.939,66	2.862.060,34

Unidade: Euros

O movimento das participações financeiras, é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto				
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00			5.000.000,00
	5.000.000,00			5.000.000,00
Imparidade				
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-2.137.939,66	-139.361,64		-2.277.301,30
	-2.137.939,66	-139.361,64		-2.277.301,30
Total	2.862.060,34			2.722.698,70

Unidade: Euros

As alterações deste exercício referem-se à aplicação do método de equivalência patrimonial na participação da CCSG, e, correspondente ao resultado líquido do exercício.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor bruto	Imparidade	V líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
OPT, SA	15.000,00		15.000,00	15.000,00		15.000,00
	15.000,00		15.000,00	15.000,00		15.000,00

Unidade: Euros

O movimento das participações financeiras, é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
OPT, SA	15.000,00		15.000,00
	15.000,00		15.000,00
Imparidade			
OPT, SA			
Total	15.000,00		15.000,00

Unidade: Euros

Não foi efetuado qualquer ajustamento neste exercício, dado que há data dos registos, não se encontravam disponíveis as Demonstrações financeiras da entidade acima descrita.

10. Ativos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
BCP	13.133,99		13.133,99
	13.133,99		13.133,99
Imparidade			
BCP	-12.906,05	-35,62	-12.941,67
	-12.906,05	-35,62	-12.941,67
Total	227,94		192,32

Unidade: Euros

A HF detém 838 ações daquela entidade, que foram valorizadas/ajustadas ao valor da sua cotação em 31/12/2018.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado, nas demonstrações financeiras, são analisados como segue:

Os Impostos diferidos passivos, decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Impostos dif. activos		Impostos dif. passivos	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			3.247.099,72	3.492.149,31
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-104.422,62	-311.251,77
Subsídios não reembolsáveis			145.995,19	149.205,30
			3.288.672,29	3.330.102,84

Unidade: Euros

Em reavaliações contabilísticas, 3.247 mil euros, sendo:

- Em terrenos, 1.304 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros), e, corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.361 mil euros);
- Em edifícios, 1.943 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (9.479 mil euros);

Na compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, 104 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data, e até ao montante que se estima reverter, pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos no valor de 509 mil euros (vide quadro da Nota 11).

Em subsídios ao investimento não reembolsáveis, 146 mil euros, referentes a vários projetos subsidiados por fundos europeus.

A taxa de IRC e a derrama municipal é de 20,5%, taxa a ser aplicada para o exercício findo e no ano anterior era de 21,5%. Pela alteração das taxas atrás referidas, foram efetuados os devidos acertos nos impostos diferidos.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos correntes	97.907,46	11.946,30
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-38.220,44	-187.563,35
	59.687,02	-175.617,05

Unidade: Euros

O imposto corrente, 98 mil euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício, e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas, tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis, é analisado como se segue:

Data limite de reporte	31/12/2018	31/12/2017
2022	32.674,75	970.978,75
2026	476.703,89	476.703,89
	509.378,64	1.447.682,64

Unidade: Euros

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Mercadorias	111.183,89	140.805,84
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	609.932,31	568.755,29
Produtos e trabalhos em curso	59.096,36	37.412,90
	780.212,56	746.974,03
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	2.771,42	-7.198,14
Imparidades de períodos anteriores	-197.494,65	-190.296,51
	-194.723,23	-197.494,65
Valor líquido contabilístico	585.489,33	549.479,38

Unidade: Euros

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo são os bens para utilização na reparação de viaturas, o gasóleo, os pneus entre outros que compõem os inventários;

- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros;

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando num decréscimo, materialmente irrelevante, no valor de 3 mil euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, cerca de 6 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento ocorrido nas imparidades de inventários é analisado como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	197.494,65	17.971,50	-20.742,92	194.723,23
	197.494,65	17.971,50	-20.742,92	194.723,23

Unidade: Euros

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	461.442,99	467.089,71
Empresa-mãe		
	461.442,99	467.089,71
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	45.938,50	-67.237,20
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-71.523,00	-4.285,80
	-25.584,50	-71.523,00
Valor líquido contabilístico	435.858,49	395.566,71

Unidade: Euros

Salientamos que, no valor registado em clientes gerais, dos 461.442,99 euros, 271 mil euros são vendas de pronto pagamento, onde 231 mil euros, referem-se aos nossos agentes Payshop/CTT, e, são liquidados no espaço de 5 dias úteis.

A redução das imparidades deve-se essencialmente a pagamento efetuados de dívidas de Escolas, nomeadamente escolas profissionais.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-71.523,00		45.938,50	-25.584,50
	-71.523,00	0,00	45.938,50	-25.584,50

Unidade: Euros

Temos de salientar que a este valor das reversões do quadro supra, 45.938,50€, temos de adicionar as imparidades do quadro da Nota 15, 359,40€. A soma dos dois valores, dá o valor das imparidades na Demonstração de Resultados.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	385.141,66	2.977,00	1.619,25	71.705,08
	385.141,66	2.977,00	1.619,25	71.705,08

Unidade: Euros

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activo		
Imposto sobre o rendimento		60.355,46
IVA a recuperar	338.403,94	268.780,21
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos	2.373,40	
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	340.777,34	329.135,67
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	95.357,46	
Retenções de imposto sobre o rendimento	86.815,50	61.287,25
IVA a pagar		
Outros impostos	8.297,40	8.297,40
Contribuições para a Segurança Social	207.764,85	173.474,95
Tributos das autarquias locais		
	398.235,21	243.059,60

Unidade: Euros

Na rubrica “imposto sobre o rendimento”, é o valor da estimativa de IRC a pagar resultante do apuramento deste exercício.

Nos outros impostos, passivo, o IMI referente a 2018 a pagar em 2019.

15. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	39.381,75	40.490,00
Out. operações pessoal	77.012,18	86.158,58
Vice-Presidência do Governo (I. Comp.)	40.000,00	
Empresas grupo	982.188,65	1.331.232,53
Estado e out. entes públicos	45.483,42	5.900,95
Outros devedores	322.881,60	259.766,68
	1.506.947,60	1.723.548,74
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	359,40	-440,57
Imparidade de períodos anteriores	-58.917,88	-58.477,31
	-58.558,48	-58.917,88
Valor líquido contabilístico	1.448.389,12	1.664.630,86

Unidade: Euros

Na rubrica, adiantamentos ao pessoal, regista o adiantamento do subsídio de férias aos funcionários que gozam férias em janeiro do ano seguinte.

Na rubrica, “Outras operações pessoal”, é o valor atribuído ao pessoal motorista, para fundo de maneiio para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

Na rubrica Vice-Presidência do Governo, a quantia de 40 mil euros é referente à estimativa a pagar do subsídio à exploração do Passe SUB23, dado que o valor a pagar de subsídio para este título foi superior ao previsto, logo foi faturado apenas em 2019.

Na rubrica empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efetuados à CCSG, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas, e, que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidades financeiras.

Na rubrica imparidades, são de imparidades de dívidas de outros devedores e credores.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	116.909,91	23.711,72
Despesas bancárias	2.309,84	2.309,84
Diversos	18.109,11	12.092,82
	137.328,86	38.114,38
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	392.590,01	392.645,92
Outros	637,50	637,50
	393.227,51	393.283,42

Unidade: Euros

Em gastos a reconhecer, a variação na rubrica seguros, resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros e acidentes de trabalho, registados em cada um dos exercícios, respeitante ao ano seguinte.

Na rubrica rendimentos a reconhecer, regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em janeiro de 2019, mas que foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro de 2018.

17. Capital subscrito

O capital social de 17.852.360,00 euros, representado por 3.570.472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, e, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2018.

ACIONISTAS	Em 31/12/2018		Em 31/12/2017	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	16.959.742,00	3.391.948	16.959.742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	892.618,00	178.524	892.618,00
	3.570.472	17.852.360,00	3.570.472	17.852.360,00

18. Outros instrumentos de capital próprio

Em assembleia geral de 29/12/2017, foi deliberado pelos acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1.061.907,83 euros e realizadas no prazo de 12 meses. No decorrer deste exercício as referidas prestações suplementares foram realizadas pelas acionistas RAM e EEM e nos montantes de 1.008.812,44 euros e 53.095,39 euros respetivamente. O total desta rubrica em 31/12/2018 é no valor de 3.451.382,83 euros e encontra-se totalmente realizada.

19. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Apresenta um saldo de 343.705,41 euros, e, no ano anterior era de igual montante.

20. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Unidade: Euros

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

21. Resultados transitados

O detalhe dos movimentos deste exercício nesta rubrica é analisado como se segue:

- Pela incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior, no montante de 959 mil euros;
- Pelas reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, no valor de 379 mil euros e pelo respetivo imposto diferido, no montante de 245 mil euros. Fazemos notar que, devido à redução da taxa de imposto IRC a pagar em 2019 acrescida de taxa da derrama municipal, ou seja, o imposto sobre o rendimento passa de 21,5% para 20,5%, foram efetuados os devidos acertos nos impostos diferidos no valor de 158 mil euros. Este valor já está incluído no montante acima referido para este exercício.

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 21.134.276,48 euros e no exercício anterior de 20.308.664,97 euros.

22. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152.134,35	-152.134,35
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	562,66	562,66
	-151.571,69	-151.571,69

Unidade: Euros

23. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	16.867.786,41	17.246.481,85
Impostos diferidos	-3.247.099,72	-3.492.149,31
	15.213.191,50	15.346.837,35

Unidade: Euros

A variação desta rubrica, outros excedentes, deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efetuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos.

- As reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, foram no valor de 379 mil euros, e, o respetivo imposto diferido, no montante de 245 mil euros. No ano anterior foi no valor de 379 mil euros e de 81 mil euros respetivamente. Fazemos notar que devido à redução da taxa de imposto IRC a pagar em 2019, acrescida de taxa da derrama municipal, ou seja, o imposto sobre o rendimento passa de 21,5% para 20,5%, foram efetuados os devidos acertos nos impostos diferidos no valor de 158 mil euros. Este valor já está incluído no montante acima referido para este exercício.

24. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	566.176,61	544.774,46
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
	584.429,45	563.027,30

Unidade: Euros

A variação registada, 21 mil euros, está associada ao recebimento, e, ao reconhecimento dos subsídios ao investimento, 18 mil euros, e dos respetivos impostos diferidos, no valor de 3 mil euros.

25. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	611.197,71	2.084.598,65
Locações financeiras	504.236,12	460.454,68
	1.115.433,83	2.545.053,33
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.468.761,76	1.448.155,44
Descobertos bancários	1.760.000,00	3.000.000,00
Locações financeiras	89.363,72	131.857,53
	3.318.125,48	4.580.012,97

Unidade: Euros

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	3.228.761,76	4.448.155,44
De 1 a 5 anos	611.197,71	2.084.598,65
A mais de 5 anos		
Locações financeiras		
Até 1 ano	89.363,72	131.857,53
De 1 a 5 anos	370.842,80	297.968,66
A mais de 5 anos	133.393,32	162.486,02
	4.433.559,31	7.125.066,30

Unidade: Euros

À data de 31 de dezembro de 2018, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

Descrição	2019	2020	2021	2022	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	3.228.761,76	611.197,71				3.839.959,47
Locações financeiras	89.363,72	90.682,89	92.021,54	93.379,96	228.151,73	593.599,84
	3.318.125,48	701.880,60	92.021,54	93.379,96	228.151,73	4.433.559,31

Unidade: Euros

Obs: Na coluna, seguintes, os valores a apagar, terminam no ano de 2026.

Em 31 de dezembro, o total dos financiamentos era no valor de 4,4 milhões de euros, deste valor cerca de 1,8 milhões de euros são em empréstimos em crédito de conta corrente. No exercício anterior, o total era de 7,1 milhões de euros e de 3 milhões de euros, respetivamente.

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Atendendo que só no final do exercício de 2018, é que a HF recebeu as Indemnizações Compensatórias, foi necessário recorrer a capital alheio, nomeadamente, financiamento bancário de curto prazo para superar as necessidades de tesouraria.

O capital amortizado, neste exercício, foi no montante de 2,7 milhões euros.

De realçar que, os juros dos financiamentos apresentados nas demonstrações financeiras de cada um dos exercícios, 2017 e 2018, apresentam uma variação de menos 13 mil euros, ou seja, de 229 mil euros e 216 mil euros, respetivamente e é justificado pelo fato de termos recorrido a financiamentos de curto prazo, ao

longo do exercício, e, atendendo que a HF cumpriu com o plano de amortizações e não deixou de proceder à renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões. Fazemos notar que, tal qual nos anos anteriores, sobre as taxas de juros não estão a incidir qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta se encontrar negativa.

26. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Corrente		
Fornecedores de investimentos	117.225,10	111.186,69
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias e outros abonos	1.309.240,03	1.388.970,84
Outros credores por acréscimos de gastos	21.948,68	21.252,33
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	1.105.284,37	1.354.331,51
Pessoal		
	2.553.698,18	2.875.741,37

Unidade: Euros

Na rubrica, outros credores por acréscimos de gastos, regista os juros de financiamentos e outros custos de consumo corrente, tais como, eletricidade, água e auditoria às contas.

Na rubrica, outros credores, encontra-se registado essencialmente o valor a pagar à nossa subsidiária, CCSG, no montante de 1.044 mil euros. No ano anterior, o valor era de 1.261 mil euros, e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF.

27. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores c/corrente		
Gerais	1.026.101,03	1.068.687,67
Empresas subsidiárias		1.241,00
Empresas associadas	8.805,46	8.788,95
Outras partes relacionadas	7.656,11	9.313,04
Facturas em recepção e conferência	396,71	24.274,79
	1.042.959,31	1.112.305,45

Unidade: Euros

As dívidas a fornecedores, têm, quase todos, uma antiguidade de saldos até 90 dias.

Do valor apresentado, o grande peso nas dívidas a grandes fornecedores é referente ao fornecimento de gasóleo, peças, pneus, de alguns serviços de manutenção de equipamentos, de *software*, de serviços de limpeza e segurança.

28. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Vendas		
Suportes de títulos	88.170,46	93.850,81
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.811.742,73	13.769.106,89
	13.899.913,19	13.862.957,70

Unidade: Euros

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

Nas vendas e prestações de serviços um aumento de 37 mil euros. Abaixo algumas observações às rubricas:

- Nos suportes bilhetes, menos 5 mil euros, e, deve-se essencialmente à redução do número de bilhetes pré-comprados vendidos;
- Na variação das vendas dos títulos de Passe verifica-se um aumento de 84 mil euros, sendo:
 - ❖ No agrupamento dos passes sociais I e II, 15, 30 dias e anuais, um aumento de 51 mil euros;
 - ❖ No agrupamento dos passes estudante e criança, um aumento de 28 mil euros, no entanto releva-se o aumento de títulos vendidos nas escolas em cerca de 53 mil euros e uma redução no passe social estudante no montante de 70 mil euros. Este tipo de passe, social estudante, está influenciado pela venda dos novos títulos passe SUB23, que entraram em vigor em maio do exercício findo, destinados a estudantes universitários e com descontos especiais de venda, no montante de 45 mil euros. Fazemos notar que a HF recebe um subsídio do Governo Regional da Madeira para compensar a diferença dos preços praticados;
 - ❖ No passe social combinado, uma redução de 8 mil euros, tal qual descrito no ponto anterior. A HF, também recebe um subsídio do Governo Regional da Madeira para compensar a diferença dos preços praticados;
 - ❖ No agrupamento dos títulos passes Sénior, invalidez e reformados, regista uma redução de 2 mil euros.

- Na variação das vendas de bilhetes, uma redução de 40 mil euros e é justificada, de uma forma global, do seguinte modo:
 - ❖ Excluindo os bilhetes de bordo, que aumentaram 114 mil euros, praticamente todos os tipos de bilhetes registaram uma diminuição e no montante total de 154 mil euros, no entanto, é no bilhete pré-comprado adulto que se verifica a maior descida, 149 mil euros. A redução deste tipo de título pode ser justificada, em parte, pelo aumento das vendas a bordo;
 - ❖ Nos bilhetes multiviagem, verifica-se que existe uma diminuição no número de bilhetes vendidos, no montante total de 7 mil euros;
 - ❖ Nos outros tipos de títulos, regista-se uma redução de 3 mil euros em bilhetes eventuais, 4 mil euros em passes do tipo F1 e um aumento de 4 mil euros em passes férias - estudante;
 - ❖ Nos serviços de aluguer um aumento de 4 mil euros.

Neste exercício, não houve alteração de tarifário, com exceção dos já acima mencionados, bilhetes multiviagens.

29. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	2.865.489,83	
Subsídio à exploração-SUB23	41.508,99	
Subsídio à exploração-outros	22.394,94	6.382,65
	2.929.393,76	6.382,65

Unidade: Euros

Na rubrica, subsídios à exploração, está registado um montante de 2.929 mil euros, que se dividem em:

- Nas indemnizações compensatórias, para compensar défices de exploração, tem uma estimativa de 2.865 mil euros, e, de acordo com o contrato assinado em 02/10/2018. O valor definitivo só será calculado com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício, devidamente aprovadas, e de acordo com o contrato já acima referido.
- No subsídio referente ao Sub23, o montante de 42 mil euros, em resultado da implementação dos novos títulos, passe SUB23, que entraram em vigor em maio deste exercício, e são destinados a estudantes universitários, com descontos especiais de venda. É atribuído para compensar as diferenças de preços praticados nos diversos tipos de títulos, de acordo com o contrato assinado em 27 de abril de 2018.

- Os outros subsídios, estão relacionados com a formação de funcionários da HF, no âmbito do programa FORMA MADEIRA14-20, subsidiado pelo Fundo Social Europeu e tem como organismo intermédio o Instituto para a Qualificação IP-RAM. Além deste, tivemos outro subsídio para compensar as remunerações de pessoal em estágio na nossa empresa, atribuídos pela Secretaria de Inclusão e Assuntos Sociais, no âmbito do programa PROJOVEM.

No exercício anterior não foi registado qualquer valor em Indemnizações compensatórias, para cobrir défices de exploração, atendendo à incerteza do seu valor e recebimento, no entanto previsto em valor aproximado de 3,3 milhões de euros. Pelo contrato assinado em 02/10/2018, entre o Governo Regional da Madeira e a HF, não foi contemplado qualquer montante para o exercício de 2017.

30. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-139.361,64	-88.498,16
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
	-139.361,64	-88.498,16

Unidade: Euros

O valor apresentado em 2018, é o resultado líquido negativo da nossa participada CCSG. No exercício anterior, o resultado também foi negativo.

31. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Inventários iniciais		
Produtos e trabalhos em curso	37.412,90	-89.119,40
Regularizações		
Inventários	-102.351,16	9.213,03
Inventários finais		
Produtos e trabalhos em curso	59.096,36	37.412,90
	-5.841,90	-42.493,47

Unidade: Euros

Esta rubrica, regista a variação do fabrico, e reparação/recuperação de peças para o armazém, bem como, das reparações em viaturas de terceiros efetuadas na oficina da HF.

32. Trabalho para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activos fixos tangíveis	415.246,06	434.428,55
Activos intangíveis	160.639,18	171.836,66
Inventários	210.930,50	158.144,66
	786.815,74	764.409,87

Unidade: Euros

Na rubrica, ativos fixos tangíveis, o montante resulta das reparações em órgãos de substituição das viaturas pesadas para passageiros.

Na rubrica, ativos intangíveis, são praticamente as remunerações imputadas aos projetos subsidiados por fundos comunitários, *Civitas Destination* e *Desti Smart*.

Na rubrica, inventários, refere-se a reparações/recuperações de peças para armazém.

33. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias	33.077,95	39.029,12
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.455.808,77	6.093.364,89
	6.488.886,72	6.132.394,01

Unidade: Euros

A variação apresentada é de mais 356 mil euros. Abaixo, informações relativas à rubrica:

- Nas mercadorias, menos 6 mil euros, referente a suportes bilhetes, tanto pré-comprados como de venda a bordo;

- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, uma variação positiva de 369 mil euros, conforme abaixo descrito:
 - ❖ No gasóleo, mais 282 mil euros, sendo o custo unitário de compra que mais contribuiu para o seu aumento, conjugado com a descida do número de quilómetros percorridos, principalmente na HF e na nossa participada CCSG;
 - ❖ Nos materiais diversos para reparação de viaturas, uma variação de mais 80 mil euros, destacando-se um aumento em bens para aplicação em motores, direção eixos e travões e sistemas elétricos e uma redução em bens para transmissão.

34. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Subcontratos	344,27	1.196,19
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	249.549,28	163.061,06
Publicidade e propaganda	15.982,65	18.333,30
Vigilância e segurança	66.767,88	66.812,41
Honorários	5.722,90	9.905,00
Comissões	157.538,13	154.642,99
Conservação e reparação	429.081,48	355.195,76
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.789,18	6.236,03
Livros e documentação técnica	349,92	171,64
Material de escritório	8.781,84	2.604,80
Artigos para oferta		
Outros	19.425,04	21.228,52
Energia e fluidos:		
Electricidade	82.098,73	78.493,87
Combustíveis	32.978,83	31.473,92
Água	7.051,65	11.569,98
Outros fluidos	6.991,49	5.065,00
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	4.762,70	4.010,51
Transportes de pessoal		0,00
Transportes de mercadorias	9.649,21	7.982,41
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	12.112,75	12.074,79
Comunicação	36.386,00	61.034,77
Seguros	267.933,26	282.775,49
Royalties		
Contencioso e notariado	1.958,81	2.465,42
Despesas de representação	2.812,29	638,60
Limpeza, higiene e conforto	95.261,74	108.837,92
Outros serviços	153.075,76	161.902,80
	1.674.405,79	1.567.713,18

Unidade: Euros

Esta rubrica regista um aumento de 106 mil euros, abaixo descrevemos as variações mais relevantes:

- Nos trabalhos especializados, mais 86 mil euros, referente à aquisição de serviços de mapeamentos de processos, honorários do Tribunal de Contas, *dossier* dos preços de transferência e estudo sobre a valorização da marca GIRO;
- Na conservação e reparação de bens, um aumento de 74 mil euros, das quais a conservação e reparação de viaturas, no valor de 44 mil euros, e, nos serviços de lavagens, 24 mil euros;
- No entanto verifica-se uma redução na comunicação em 25 mil euros, nos seguros, 15 mil euros, e, nos serviços de limpeza, em 14 mil euros;
- Nas restantes rubricas nada de relevo a registar.

35. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações dos órgãos sociais	147.237,91	165.504,86
Remunerações do pessoal	7.348.080,42	7.119.008,12
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	56.000,00	25.000,00
Encargos sobre remunerações	1.684.225,73	1.580.730,56
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	78.989,30	77.093,54
Gastos de acção social	6.478,76	1.404,02
Outros gastos com o pessoal	19.821,84	15.863,10
	9.340.833,96	8.984.604,20

Unidade: Euros

Nos gastos com pessoal, verificou-se um acréscimo de 356 mil euros, justificado principalmente pelo aumento dos vencimentos em 1,5%, pela reposição das diuturnidades que se encontravam suspensas desde 2010, pela atribuição do subsídio de insularidade, bem como pelo aumento do número de trabalhadores.

Abaixo uma breve descrição das variações registadas nesta rubrica:

- Nos aumentos, são as remunerações do pessoal e respetivos encargos no montante de 338 mil euros, sendo nos ordenados base 135 mil euros, férias e subsídio de férias a pagar 114 mil euros, subsídio de insularidade 69 mil euros e respetivos encargos 109 mil euros. Inclui também as indemnizações pagas por rescisão de contrato de trabalho, por acordo mútuo em mais 31 mil euros;
- Nas reduções, as remunerações dos órgãos sociais em 18 mil euros e respetivos encargos, 5 mil euros. Nas remunerações do pessoal, destacamos o subsídio agente único em 100 mil euros e as horas extraordinárias em 20 mil euros;

- Nas restantes rubricas, sem qualquer relevo de valor, mas destacando-se o novo seguro de responsabilidade civil e custos de ação social, festa de natal.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores	9	11
Quadros médios	15	8
Chefias intermédias	9	3
Profissionais altamente qualificados	16	18
Profissionais semi-qualificados	394	383
Contratados a prazo	2	
	448	426

Fazemos notar que no quadro acima não inclui os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

36. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	35.433,12	35.433,12
Obras para terceiros	1.067.243,02	1.121.986,57
Sucatas / desperdícios	5.675,16	14.419,64
Cedências para terceiros existências	1.098.360,39	1.018.814,22
Despesas debitadas a terceiros	392.595,49	381.223,04
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	148.327,90	147.754,37
Desp. embates e imob. de viaturas	9.622,87	8.711,76
Outros rendimentos suplementares	18,65	800,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	243,58	590,92
Ganhos em inventários	7.881,78	6.503,07
Investimentos rest. activos financeiros		
Investimentos não financeiros	50.845,06	933,61
Subsídios ao investimento	247.414,47	272.525,60
Juros obtidos	0,00	547,25
Outros	14.242,64	22.523,63
	3.077.904,13	3.032.766,80

Unidade: Euros

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos, foi de mais 45 mil euros do que no ano anterior. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Aumentos

- Em cedências para terceiros de existências, no valor de 80 mil euros, e, refere-se principalmente às cedências de gasóleo à CCSG e à nossa parceira Carristur. É a subida do preço unitário que justifica este aumento;
- Despesas debitadas a terceiros, no valor de 11 mil euros, e, pelo aumento dos bens e serviços requisitados no exterior;
- Em investimentos não financeiros, 50 mil euros, e, refere-se essencialmente à alienação de uma viatura de transporte de passageiros e de 3 viaturas ligeiras;
- Em cedência de espaços, embora não apresente qualquer variação significativa, há que relevar o aumento da publicidade afixada nos autocarros em 16 mil euros, e, uma redução de igual montante em parques de estacionamento.

Reduções

- Em obras para terceiros, 55 mil euros, relacionadas com as obras em viaturas da SG e da nossa parceira Carristur;
- Em subsídios ao investimento, 25 mil euros, do reconhecimento de subsídios relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira.

Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

37. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos	13.440,77	12.325,83
Perdas em inventários	6.231,53	8.291,90
Investimentos não financeiros	46.239,93	39.682,71
Donativos	0,00	1.600,20
Quotizações	3.492,00	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	56,50	5.015,60
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	23,76	71,22
Outros juros		
Outros não especificados	94.956,28	38.075,45
Desc. p. pag. concedidos	2.103,46	
	166.544,23	108.554,19

Unidade: Euros

Esta rubrica, que varia de acordo com o tipo de acontecimentos, quer sejam esporádicos, pouco frequentes e de estimativas, neste exercício regista um aumento de 58 mil euros em relação ao ano anterior, e deve-se à rubrica “Outros” não especificados. Nesta rubrica temos essencialmente, a devolução de parte da indemnização compensatória do ano de 2015, registada neste exercício, aquando do seu apuramento final, no montante de 68 mil euros, bem como do excesso de estimativa dos resultados de 2017 da nossa parceira, Carristur, no valor de 19 mil euros. No ano anterior regista também o excesso de estimativa dos resultados de 2016 da nossa parceira Carristur e no valor aproximado de 30 mil euros.

Em investimentos não financeiros, está registado os custos dos abates de equipamentos, em cada um dos exercícios, destacando-se os órgãos/componentes de substituição de viaturas.

38. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Gastos		
Activos fixos tangíveis	1.270.201,94	1.380.430,51
Activos intangíveis	192.358,74	191.655,31
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
	1.462.560,68	1.572.085,82

Unidade: Euros

Nos gastos de depreciação e amortizações, houve uma redução de 110 mil euros, justificado praticamente pelo fim de vida dos nossos equipamentos, dos quais órgãos de substituição em viaturas. No entanto, destacamos a aquisição de duas novas viaturas e de equipamentos e programas informáticos, nomeadamente, a substituição do AS400, o sistema de armazenamento de dados e o sistema de monitorização de pneus, que geraram aumentos nesta rubrica.

Nos ativos intangíveis, os valores referem-se aos custos do projeto financiado por Fundos Comunitários, *Civitas Destination* e *Desti Smart* que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

39. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

A HF registou em 2015 uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias motivadas essencialmente pelas baterias. À presente data, encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

40. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Juros suportados	110.134,69	156.594,52
Outros gastos e perdas	106.733,87	72.908,40
	216.868,56	229.502,92

Unidade: Euros

Nos juros e gastos similares suportados, referentes a financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, apresentam uma variação de menos 13 mil euros, e é justificado, pelo fato de termos recorrido a financiamentos de curto prazo, ao longo do exercício, e também atendendo que a HF cumpriu com o plano de amortizações e não deixou de proceder à renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões. Fazemos notar que, tal qual nos anos anteriores, sobre as taxas de juros não estão a incidir qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta se encontrar negativa.

41. Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Honorários totais faturados, revisão legal contas anuais	9.813,34	9.813,34
Honorários totais faturados, outros serviços	8.700,00	
	18.513,34	9.813,34

Unidade: Euros

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício, incluindo as contas consolidadas, foi no montante de 9,813.34 euros.

42. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme se segue:

Entidade	Passivos	Limites	31/12/2018
CGD	2 Prédios (nota 6)	1.094.722,21	1.094.722,21
B BIC	Financiamento (Livrança)	985.237,26	985.237,26
B BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	1.160.000,00
BCP	Crédito em conta corrente (livrança)	1.000.000,00	
BTA	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	
M. Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	500.000,00	
CGD	Crédito em conta corrente (livrança)	2.000.000,00	600.000,00
CGD	Financiamento em leasing (livrança)	133.145,16	133.145,16
B BIC	Financiamento em leasing (livrança)	460.454,68	460.454,68
		9.173.559,31	4.433.559,31

Unidade: Euros

As garantias prestadas de terceiros a favor da HF são analisadas conforme se segue:

Descrição	Fim a que se destina	31/12/2018
Galp	Caução fornecimento de Gasóleo	256.821,00
Mendes Gomes, Lda.	Caução fornecimento de 4 viaturas	13.400,00
Mendes Gomes, Lda.	Caução fornecimento de 1 viatura	5.550,00
CBK	Caução seguros	27.441,82
		303.212,82

Unidade: Euros

43. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, é a seguinte:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.391.948
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	178.524	178.524
	3.570.472	3.570.472

Unidade: Euros

As transações entre partes relacionadas para além das acima referidas, apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Vendas e prestações de serviços		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira		
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	2.153.509,02	2.223.044,05
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	4,00	
Gastos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-103.025,56	-99.508,04
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.		-1.181,90
Outras		
OPT	-43.920,00	-86.721,12
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-1.309,57	-1.211,45
Rubina Filipa Nunes Gonçalves		-2.602,23
	2.005.257,89	2.031.819,31

Unidade: Euros

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		1.008.812,44
Empresa de Electricidade da Madeira	2.150,32	55.245,71
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	982.188,65	1.331.232,53
Passivos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-8.805,46	-8.788,95
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	-1.043.962,54	-1.261.003,64
Outras		
OPT	-7.320,00	-8.870,29
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-336,11	
	-76.085,14	1.116.627,80

Unidade: Euros

No ativo, os valores referem-se a:

- Nas subsidiárias, pelo fornecimento de bens e serviços, tais como gasóleo, serviços de manutenção de viaturas e cedências de espaço em parques de estacionamento.

No passivo, os valores estão relacionados com o fornecimento de eletricidade, com a venda de títulos de transporte, manutenção de equipamentos e de artigos para armazém.

44. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do Código das Sociedades Comerciais)

Orgãos Sociais (Artº. 447º., nº. 1 do C.S.C)	Nº. Ações	
	31/12/2018	31/12/2017
Exercício de 2017		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso Susana Maria Florenço Pinto Correia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, SROC, Lda. nº. 29 Rep. por João P. Torres da Cunha Ferreira ROC		
Exercício de 2018:		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Duarte Leovigildo de Sousa Faria Susana Maria Florenço Pinto Correia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, SROC, Lda. nº. 29 Rep. por João P. Torres da Cunha Ferreira ROC		

Acionistas (Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)	Nº. Ações	
	31/12/2018	31/12/2017
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.391.948
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	178.524

Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2018 a seguinte posição

Acionistas	Nº. Acções	%
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	5,00%

Unidade: Euros

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 29 597 193 euros e um total de capital próprio de 17 486 841 euros, incluindo um resultado líquido de 1 187 956 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Capital Próprio da Empresa, mantém-se positivo e nos limites legais, por força de uma revalorização dos imóveis de sua propriedade, validada em 2014 por perito externo e de injeções de capital do acionista, o último dos quais em 2017, por via de prestações suplementares de capital, de 1 061 908 euros. Apesar de nos últimos anos a Empresa ter conseguido registar uma variação positiva nos resultados transitados acumulados, os mesmos permanecem negativos, a 31 de dezembro de 2018, em 21 134 276 euros. Sendo uma entidade pública e face à sua relevância na prestação

de serviços públicos, entendemos que a continuidade não é afetada, dependendo contudo do apoio financeiro do acionista Estado para o equilíbrio dos seus resultados operacionais. Conforme divulgado na Nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras, foi celebrado em 2018 um contrato de Concessão entre o Governo Regional e a Empresa, o qual contempla a atribuição de Indemnizações Compensatórias para o período de 2018 a 2029, por forma a compensar défices de exploração.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova

de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

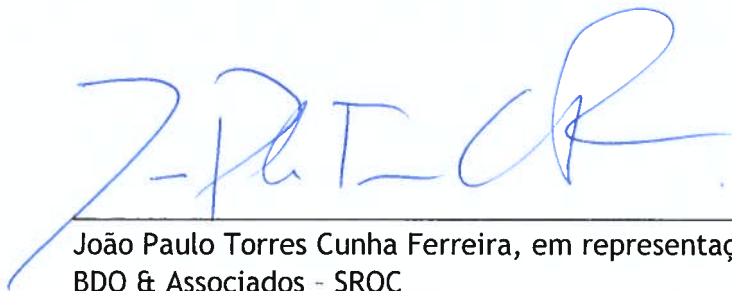
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2018, a atividade da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

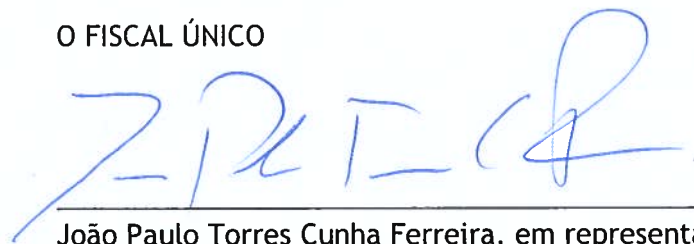
Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2018;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 28 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.